

Café e Indústria em Minas Gerais no Início do Século:

Algumas Observações

João Heraldo Lima(*)

RESUMO

Partindo da constatação de que em São Paulo a expansão cafeeira e a origem da indústria foram partes de um mesmo processo e tendo-se em conta o fato de que em Minas o café também foi a base de sua vida econômica durante longo período, tentaremos lançar algumas luzes sobre a cafeicultura, a indústria e a relação entre ambas em Minas Gerais buscando realçar as suas especificidades.

A análise terá como eixo central o processo de acumulação de capital na cafeicultura mineira visando captar, principalmente, quais eram as reais possibilidades de expansão dessa economia no início do século e o exame, limitado, das mudanças nas relações de produção

A noção de complexo econômico formulada por Wilson Cano é utilizada como instrumento auxiliar de análise e é através dela que procurar-se-á indicar qual teria sido o poder da cafeicultura mineira de estimular outros setores da atividade econômica, notadamente o chamado Segmento Urbano do complexo cafeeiro destacando-se a comercialização do café.

1. INTRODUÇÃO

Ao analisar o processo de formação e desenvolvimento da economia capitalista de São Paulo, Wilson Cano lança mão de uma idéia que nos parece muito importante. Diz ele: "Quando se tenta compreender o processo dinâmico de crescimento de uma

economia, torna-se absolutamente necessário analisar que partes principais à compõem, como atua cada uma delas nesse processo de crescimento, e que graus e tipo de inter-relacionamento entre elas possibilita o surgimento de um conjunto econômico. A esse conjunto de atividades — sobre o qual incide um certo número de variáveis independentes ou não do conjunto — creio que se lhe opde chamar de complexo econômico”(1).

A idéia do complexo econômico permite que se estabeleça uma melhor organização acerca daquilo que é mais relevante para o entendimento da formação e expansão de uma determinada economia. Ao explicitá-la mais detidamente Cano coloca que dentre seus diversos componentes, um complexo “conta com uma atividade que é a principal e predominante...”(2). Em Minas, como em São Paulo, em um determinado momento o café representou a principal atividade econômica. Mas as semelhanças entre as duas economias, possivelmente, não irão além do fato de ambas haverem possuído a vida econômica baseada no café. O complexo cafeeiro paulista numa dinâmica, o mineiro noutra. No momento nos limitaremos a indicar onde poderiam estar situadas algumas das particularidades do complexo cafeeiro de Minas, e que, numa medida ou noutra, determinaram um certo tipo de desenvolvimento de economia desse Estado. Trata-se, por tanto, de uma tentativa inicial de se apontar algumas possíveis especificidades do complexo cafeeiro em Minas (se é que realmente chegou a existir).

Retomemos, então, os passos seguintes da elaboração da idéia do complexo cafeeiro desenvolvida por Cano. Ele destaca entre seus principais componentes os seguintes(3):

- 1) “A atividade produtora do café”;
- 2) a produção de alimentos e matérias-primas desenvolvida dentro e fora da propriedade cafeeira, configurando no segundo caso “a agricultura que produz essencialmente para mercado”;
- 3) a atividade industrial visa pelo menos em três segmentos: “um, representado pela produção de equipamentos de beneficia-

(1) CANO, Wilson, **Raízes da concentração industrial em São Paulo**, Difel, 1977, pg. 17.

(2) Idem, pg. 20.

(3) Idem. pgs. 20-21.

mento de café; outro pela importante indústria de sacarias de juta para a embalagem do café, e o terceiro, representando os demais compartimentos produtivos de indústria manufatureira...”;

4) a formação de um sistema ferroviário;

5) “a expansão do sistema bancário”;

6) o comércio de exportação e importação;

7) “o desenvolvimento de atividades criadoras de infra-estrutura portos, armazéns, transportes urbanos e comunicações — bem como daqueles inerentes à própria urbanização, como o comércio, por exemplo”;

8) por último, a “atividade do Estado, tanto do governo federal como do estadual, principalmente pela ótica do gasto público”⁽⁴⁾.

Como se vê, a análise do complexo cafeeiro requer estudos sobre os mais variados setores da atividade econômica. No caso de Minas Gerais, se tomarmos elemento por elemento, concluiremos que pouco ou quase nada se sabe a respeito de cada um deles. Esse não é o quadro que se verifica para São Paulo. Sua história econômica, talvez em todos os seus principais aspectos, já é razoavelmente conhecida. Isso permitiu um grande avanço, sobretudo, na determinação das ligações entre o café e a expansão de outras atividades como a bancária, a industrial, etc..

Para se responder até que ponto o café determinou o desenvolvimento geral da economia mineira precisamos, antes de mais nada, de estudos que procurem captar os distintos momentos de atividade cafeeira (no campo e na cidade) e seus efeitos sobre o restante da economia.

Por exemplo, não existem estudos sobre a implantação da expansão ferroviária associada à acumulação cafeeira em Minas. Desconhece-se a extensão do envolvimento direto e indireto do capital cafeeiro neste setor. Se, por um lado, sabe-se que as ferrovias mineiras eram francamente deficitárias, por outro, não se

(4) Além desses componentes do complexo, Cano ainda acrescenta algumas variáveis (pg. 20) que atuam sobre ele como o movimento migratório, o capital externo, as políticas monetária, cambial, tarifária, etc.

conhece o mais importante, ou seja, as causas desses constantes déficits. Entretanto esse problema parece estar diretamente relacionado à inserção dessas ferrovias numa região que, como veremos, tinha fraco dinamismo, precárias bases de acumulação e incipiente desenvolvimento capitalista. Aliás, não foi outro o desempenho das ferrovias no Vale do Paraíba e no Nordeste. Vale dizer, poucas chances teriam para operar em bases capitalistas eficientes.

O governo — tanto do Estado quanto da União — era chamado a intervir com freqüência nesse setor. Em 1902, por exemplo, todas as ferrovias do Estado se achavam controladas e ou administradas por ele: pelo Governo do Estado, a Leopoldina, a Oeste de Minas, a Sapucaí, a Bahia e Minas, a Muzambinho, a Central, a Minas and Rio, a Muzambinho e o segmento mineiro Cataguases, a João Gomes à Piranga e a Paraopebá e, pela União, da Mogiana, este, apenas administrado⁽⁵⁾. Até aquela data a última intervenção se verificara nas estradas de ferro Cataguases e João Gomes à Piranga em 1900⁽⁶⁾. Para Minas Gerais, nesse particular, se aplicava inteiramente a observação de que “ao contrário do que ocorreu com maior parte das ferrovias nas demais regiões brasileiras, as implantadas em São Paulo possuíam um padrão de eficiência contribuindo poderosamente para a expansão do processo de acumulação do processo”⁽⁷⁾.

Em 1910 São Paulo contava com 20 ferrovias. Somente 3 eram de propriedade do Governo (2 do governo federal e 1 do estadual) e 1 do capital estrangeiro, sendo que as 16 restantes pertenciam ao capital nacional privado⁽⁸⁾. É por demais conhecida a ampla articulação do capital cafeeiro paulista com esses empreendimentos, notadamente com a Mogiana e a Paulista. Até essa data o capital investido nas ferrovias ultrapassava largamente todos os capi-

(5) Mensagem dirigida pelo Vice-Presidente do Estado Dr. Joaquim Cândido da Costa Sena ao Congresso Mineiro, 1902. Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1902, pg. 35. Uma detalhada apresentação sobre o parque ferroviário nacional em 1907 pode ser encontrada no Censo daquele ano. Villela e Suzigan (pgs. 392/404) abordam igualmente a situação do parque ferroviário assim como o problema de intervenção estatal nesse setor.

(6) Mensagem dirigida pelo Presidente do Estado Dr. Francisco Silviano Brandão ao Congresso Mineiro, 1901. Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1901, pg. 26.

(7) CANO, Wilson, *op. cit.*, pg. 50.

(8) *Idem.*, pg. 52.

tais empregados na indústria de transformação do Estado de São Paulo. Nesse período, esse setor desempenhou um importante papel no tocante às perspectivas de diversificação das possibilidades de inversão dos lucros obtidos com o café. Mais uma vez recorrendo a Wilson Cano assinalamos com ele que as ferrovias, além de transferirem economias externas e diminuir os custos dos cafeicultores, passavam a “cumprir dois importantes papéis. Um, por se tornar uma nova e rentável oportunidade de inversão a parcelas do excedente gerado pelo complexo cafeeiro, tornando-se **destino** para parte desses capitais; outro, refere-se a sua lucratividade alta, que lhe confere o caráter de **origem** de novos capitais que permite numa nova ampliação do excedente do complexo”(9).

Como já foi assinalado anteriormente, as condições de participação desse importante segmento do complexo cafeeiro no processo geral de expansão da economia mineira infelizmente são muito pouco conhecidas.

Mas não se esgotam aí as lacunas que impedem o exame integrado dos componentes do complexo cafeeiro em Minas e, conseqüentemente, as possibilidades de análise de seu funcionamento global. A atividade do setor bancário no período em foco também não é conhecida. Sabe-se, por exemplo, que o empreendimento bancário de maior expressão no período — Banco de Crédito Real de Minas Gerais — foi criado em Juiz de Fora ainda em fins da década dos oitenta do século passado. Entretanto, ignora-se, não só em que medida o capital cafeeiro participou desse empreendimento, mas também aspectos ligados à política de expansão adotada por esse banco, quais setores da economia ele financiou, como evoluiu a estrutura de seus ativos, a proporção entre o capital próprio e o de terceiros, etc.. A análise de informações dessa natureza permitiria o esclarecimento do relacionamento do café com o próprio desenvolvimento do capitalismo em Minas.

Intimamente vinculada com a atividade bancária surge a questão das atividades comerciais. Principalmente a comercialização do café mineiro. A respeito dela arriscaremos algo mais adiante, mas, podemos antecipar que também sobre esse assunto pouco se sabe. O mesmo ocorre com o próprio processo de implantação

(9) Idem, pg. 53. Nesta mesma obra são dadas informações adicionais sobre o montante do capital investido nas ferrovias e cotejado com o capital investido na indústria.

de indústrias. Em que condições ele se deu, qual a origem dos capitais investidos nesse setor, que tipo de indústria se instalava, qual o seu porte, seu grau de concentração, etc., todas essas e outras mais são questões à espera de resposta. Isto contrasta com o que ocorreu e ocorre em São Paulo. Por isso mesmo pode-se lá avançar consideravelmente no entendimento da vinculação entre o café e a indústria. A participação da burguesia cafeeira paulista em vários empreendimentos industriais é bem conhecida, são inúmeros os casos que a comprovam, não só a participação **direta** do café na indústria, mas também a participação **indireta** via sistema bancário. Em suma, para São Paulo se conhece, não apenas as incursões de sua burguesia cafeeira por outros ramos da atividade econômica, mas também a própria origem da burguesia industrial.

Com relação a Minas Gerais, o que se sabe na literatura corrente, é que foi justamente na Zona da Mata, ou seja, na principal região cafeeira do Estado, que se desenvolveu até aproximadamente 1930, o seu principal núcleo industrial (sobretudo no Município de Juiz de Fora que os mineiros orgulhosamente passaram a chamar de "Manchester Mineira").

Como já dissemos, os investimentos diretos de cafeicultores paulistas na indústria foram muitos. Por exemplo, uma das maiores fábricas de toda indústria em São Paulo em 1907 era uma têxtil que produzia sacarias de juta. Pertencia a Álvares Penteado e foi instalada em 1889 "com capitais provenientes de sua fazenda de café". Do mesmo modo a Cia. Mecânica e Importadora de São Paulo e a Fábrica de Tecidos Votorantim, respectivamente a "maior indústria mecânica" e a "segunda mais importante fábrica têxtil de São Paulo", foram fundadas (no fim do século passado) por "capitalistas cujos recursos provinham de suas fazendas de café, ou de bancos fundados pelos próprios fazendeiros"⁽¹⁰⁾. E assim ocorreu com vários outros empreendimentos, todos eles de expressivo peso nessa fase inicial da formação industrial paulista. A vinculação do café não apenas com a indústria mas também com outras atividades atingiu tal ponto, que podemos afirmar que em São Paulo existiu um **processo de acumulação diversificada do capital cafeeiro**. Quanto à existência ou não de alguma coisa nesse sentido em Minas Gerais, ficaria a indagação. Mais adiante tentaremos abordar alguns aspectos da indústria em Minas no início do século.

(10) Idem, pgs. 81 e 147.

Seguindo a idéia do complexo cafeeiro, com os seus respectivos componentes tal como enunciamos há pouco, podemos constatar que, além da produção de alimentos e matérias-primas, restam por examinar o desenvolvimento daquelas atividades criadoras de infra-estrutura (transportes, comunicações, etc.) e a atividade do Estado (especialmente alguns aspectos de política econômico-financeira do governo de Minas). Acreditamos que somente agora, a partir do surgimento de alguns recentes trabalhos, ainda em andamento, é que esses pontos poderão ser abordados de forma mais satisfatória. Nosso esforço enquadra-se, ainda que de forma não aprofundada, na tentativa de contribuir para posterior configuração de um quadro mais amplo da evolução histórica da economia de Minas Gerais.

Vejamos a seguir alguns traços que certos elementos do complexo assumiram em Minas Gerais. Abordaremos questões relacionadas à atividade nuclear produtora de café, à sua comercialização e à indústria que se implantava. As referências dizem respeito às duas primeiras décadas desse século.

2. ACUMULAÇÃO CAFEEIRA E DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA

A partir de 1819 o café surge pela primeira vez em volume apreciável no quadro das exportações da capitania de Minas Gerais. Segundo Taunay já se exportavam naquele ano 9 707 arrobas de café, das quais 9 256 provenientes de Matias Barbosa, município localizado quase na divisa com o Estado do Rio, próximo a Juiz de Fora. Nos últimos anos coloniais essa exportação cresceu rapidamente, atingindo 15 400 arrobas em 1820, 22 000 em 1821 e 28 900 em 1822⁽¹¹⁾

As plantações de café se desenvolviam principalmente na fronteira de Minas com o Rio de Janeiro. A partir dos anos vinte do século passado, os lugares de maior produção, além do já citado município de Matias Barbosa, eram Mar d'Espanha, Rio Preto, Porto Novo do Cunha (Além Paraíba) e Pomba. Não

(11) ALVIM, Sócrates, in: **Minas e o Bicentenário do cafeeiro no Brasil, 1727-1927**, Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1929.

se afastavam muito para dentro de uma faixa relativamente estreita, na vertente esquerda do Paraíba.

De 1829/30 em diante o algodão cede o primeiro lugar, nas exportações mineiras, ao café, situando-se este em torno de 81 000 arrobas. Poucos anos mais tarde, por volta de 1837/38, o total de café exportado já ultrapassava a casa das 200 000 arrobas⁽¹²⁾

Esse vigoroso aumento das exportações poderia ser explicado pela atuação simultânea de pelo menos três fatores decisivos: fácil acesso a terras apropriadas ao cultivo, abundância de braços que a mineração dispensara e os elevados preços atingidos pelo café.

As cotações alcançadas por esse produto, além de altas, seriam satisfatoriamente remuneradoras; esse acentuado aumento das exportações se deu, pelo menos até a década de 1860, em um quadro de precaríssimas condições de transporte que oneravam sobremaneira o custo de produção do café. O seu transporte, executado por meio de tropas de mulas era, não só arricado mas, sobretudo, dispendioso⁽¹³⁾. Até 1860 gastava-se cerca de 30 dias em uma viagem de ida e volta entre Santo Antônio do Paraibuna (Juiz de Fora) e o Rio de Janeiro⁽¹⁴⁾.

O crescente ritmo da demanda internacional acompanhada pela expansão do plantio, requeria a contínua abertura de novas terras. A consequência imediata se daria em termos de um agravamento dos custos de transportes exigindo uma busca de solução para o problema. Tal como ocorrera no Vale do Paraíba fluminense e, mais tarde, em São Paulo, ela estaria necessariamente na ferrovia. A importância delas para a economia cafeeira era muito grande. Taunay chegou a estimar que o preço do transporte pelo trem seria seis vezes inferior ao das tropas de mulas⁽¹⁵⁾.

(12) ALVIN, Aristóteles, **Confrontos e Deduções**, in: *Minas e o Bicentenário do cafeeiro no Brasil, 1727-1927*, pg. 80.

(13) Dentre outros, Emília Viotti da Costa, (*Da Senzala à Colônia*) nos fornece um relato minucioso sobre os riscos e os custos dessa aventura.

(14) ALVIN, Sócrates, **Projeção econômica e social da lavoura cafeeira em Minas**, in: *Minas e o Bicentenário do cafeeiro no Brasil 1727-1927*, Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1929, pg. 52.

(15) TAUNAY, A. **História do Café no Brasil**, Rio de Janeiro, Departamento Nacional do Café, 1939-1943, vol. 4, 405-406.

Uma vez solucionado o problema dos transportes, a expansão da produção prossegue firmemente. A média de exportação do decênio 1871/80 esteve em torno de 2,5 milhões de arrobas, sendo que numa safra excepcional como a de 1878/79 chegou-se a exportar mais de 4 milhões de arrobas⁽¹⁶⁾.

Desse sumário quadro traçado até agora podemos perceber que o movimento de expansão do café na Zona da Mata mineira coincide cronologicamente com aquele verificado no Vale do Paraíba fluminense. Coincide também com a expansão do café pelo norte paulista (Barreiro, Areias, Bananal, Jacareí, Taubaté, etc.)⁽¹⁷⁾, região que também integra o Vale do Rio Paraíba.

Minas Gerais nunca chegou a ocupar o primeiro lugar na produção cafeeira no Brasil⁽¹⁸⁾. No período em que sua produção apresentou um crescimento bastante vigoroso — décadas de 1850, 60 e 70 — o ritmo de expansão da produção fluminense era ainda maior. O Rio de Janeiro era, de longe, o primeiro produtor, Minas o segundo, enquanto São Paulo “corria por fora”, mas se aproximava rapidamente dos primeiros. A expansão do Rio, como mostrou Stanley Stein, fora tão violenta, promovera uma incorporação e conseqüente desgaste de terras de tal ordem, que a rápida exaustão da cultura era algo mais ou menos inevitável. Antes do fim do século passado chegava sua decadência; a expansão cessa e a produtividade dos cafeeiros cai vertiginosamente. Em Minas ainda havia espaço e fôlego para o prosseguimento da marcha. Contudo, não com a vitalidade necessária para que a liderança fosse atingida. São Paulo, numa verdadeira “atropelada” avisa que o primeiro posto dentro em breve será seu. E a partir

(16) ALVIN Aristóteles, *op. cit.*, pg. 81.

(17) COSTA, Emília Viotti da, *Da Senzala à Colônia*, São Paulo, Difusão Européia, 1966, pg. 68.

(18) Na verdade, quando dizemos Minas, estamos nos referindo particularmente à Zona da Mata. Durante o século passado até as três primeiras décadas do atual, essa região respondia pela quase totalidade da produção cafeeira de Minas. Estima Rodolpho Jacob (*Minas Gerais no XX.º Século*, pg. 52) que a produção da Mata representava mais de 2/3 da produção total por volta de 1908. Contudo, esta estimativa parece subestimar a importância da produção da Mata no total Mineiro. De acordo com Taunay (*op. cit.*, v. 10, pg. 242) o total do café mineiro exportado por Santos que comercializava a produção do Sul de Minas — foi de 502 000 e 1 200 000 arrobas em 1894 e 1898 respectivamente. Isso representava apenas 8 e 15% do total de exportação mineira nesses anos.

TABELA I.
EXPORTAÇÃO MINEIRA DE CAFÉ (1876-1915)
(MIL ARROBAS)

ANO	QUANTIDADE	ANO	QUANTIDADE
1876	2 000	1896	7 100
1877	2 600	1897	9 800
1878	2 400	1898	8 500
1879	4 000	1899	9 200
1880	2 800	1900	6 600
1881	5 300	1901	12 500
1882	4 100	1902	11 800
1883	5 600	1904	8 600
1884	3 500	1903	12 400
1885	5 300	1905	8 000
1886	5 700	1906	9 500
1887	4 900	1907	10 600
1888	5 000	1908	9 800
1889	4 600	1909	11 100
1890	3 800	1910	7 900
1891	6 300	1911	6 800
1892	6 400	1912	8 800
1893	5 100	1913	10 100
1894	5 800	1914	8 800
1895	6 700	1915	9 300

Fonte: a) Dados de 1876 a 1880, 1908 e 1915 foram retirados de Aristóteles Alvim, Confrontos e Deduções em Minas e Bicentenário do Cafeeiro no Brasil, 1727-1927, Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1929.

- b) De 1881 a 1896 foram retirados de uma tabela apresentada na "Mensagem Dirigida pelo Presidente do Estado Dr. Wenceslau Brás ao Congresso Mineiro no ano de 1910", Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1910.
- c) Para os anos restantes, os dados foram coligidos a parte de Províncias.

OBSERVAÇÕES:

- 1) Todos os dados de Mensagens Presidenciais foram convertidos de quilos para arrobas e arredondados.
- 2) Embora Taunay (Cap. XXV, vol. III) critique os dados de Aristóteles Alvim, verificamos que, sempre que possível esse autor recorreu a dados de Mensagens Presidenciais.

da segunda metade dos anos 80 sua hegemonia na produção cafeeira já é incontestável.

A partir das Tabelas I. e II. podemos inferir inicialmente que em meados da década de 1870 a capacidade produtiva das econo-

TABELA II.
EXPORTAÇÃO PAULISTA DE CAFÉ (1876-1915)
(MIL ARROBAS)

ANO	QUANTIDADE	ANO	QUANTIDADE
1876	<u>2 900</u>	1896	<u>20 400</u>
1877	<u>2 600</u>	1897	<u>24 600</u>
1878	<u>3 900</u>	1898	<u>22 300</u>
1879	<u>4 700</u>	1899	<u>22 800</u>
1880	<u>4 600</u>	1900	<u>31 800</u>
1881	<u>5 400</u>	1901	<u>40 600</u>
1882	<u>6 800</u>	1902	<u>33 400</u>
1883	<u>7 800</u>	1903	<u>25 500</u>
1884	<u>7 400</u>	1904	<u>29 700</u>
1885	<u>6 600</u>	1905	<u>27 900</u>
1886	<u>10 300</u>	1906	<u>61 500</u>
1887	<u>10 300</u>	1907	<u>28 800</u>
1888	<u>10 400</u>	1908	<u>38 100</u>
1889	<u>9 100</u>	1909	<u>45 900</u>
1890	<u>11 600</u>	1910	<u>32 400</u>
1891	<u>14 600</u>	1911	<u>39 800</u>
1892	<u>12 800</u>	1912	<u>34 300</u>
1893	<u>6 900</u>	1913	<u>43 400</u>
1894	<u>15 900</u>	1914	<u>37 900</u>
1895	<u>18 800</u>	1915	<u>46 900</u>

Fonte: a) Dados sublinhados foram extraídos de Taunay, História do Café no Brasil, volumes VI (pgs. 335-358) e XI (pgs. 15-30 e 31).

b) Os demais foram obtidos em : Brasil, Departamento Nacional do Café, Anuário Estatístico de 1938, Rio de Janeiro, 1958, pg. 264.

mias cafeeiras mineira e paulista deveria ser bastante semelhante. Em que pese o fato de um ou poucos anos não fornecerem uma base segura para comparação, dada a extrema instabilidade da safra cafeeira, que sofria grandes oscilações de ano para ano — podemos observar que entre 1876 e 1881 a distância entre as cifras exportadas pelos dois Estados não é muito acentuada, embora São Paulo já estivesse à frente. Há ocasiões em que os números se acham bem próximos (1879-1881), chegando mesmo a se igualarem em 1877. Ao se iniciar a década dos 80, entretanto, a base produtiva de ambas as economias já se diferencia consideravelmente, tendo em vista a notável expansão do plantio paulista que se dera a partir de 1876⁽¹⁹⁾

TABELA III.

EXPORTAÇÃO MINEIRA — MÉDIA MÓVEL (5 ANOS)
(MIL ARROBAS)

ANO	QUANTIDADE	ANO	QUANTIDADE
1878	2 700	1896	7 600
1879	2 700	1897	8 300
1880	3 700	1898	8 200
1881	4 300	1899	9 300
1882	4 200	1900	9 700
1883	4 800	1901	10 500
1884	4 800	1902	10 400
1885	5 000	1903	10 700
1886	4 800	1904	10 000
1887	5 100	1905	9 800
1888	4 800	1906	9 300
1889	4 900	1907	9 800
1890	5 200	1908	9 800
1891	5 200	1909	9 200
1892	5 500	1910	8 900
1893	6 000	1911	9 000
1894	6 200	1912	8 500
1895		1913	

Fonte: Tabela I.

(19) CANO, Wilson, op. cit. pg. 41.

TABELA IV
EXPORTAÇÃO PAULISTA — MÉDIA MÓVEL (5 ANOS)
(MIL ARROBAS)

ANO	QUANTIDADE	ANO	QUANTIDADE
1878	3 700	1896	20 400
1879	4 200	1897	21 800
1880	5 100	1898	24 400
1881	5 900	1899	28 400
1882	6 400	1900	30 200
1883	6 800	1901	30 800
1884	7 900	1902	32 300
1885	8 500	1903	31 400
1886	9 000	1904	35 600
1887	9 300	1905	34 700
1888	10 300	1906	37 200
1889	11 200	1907	40 400
1890	11 700	1908	41 300
1891	11 000	1909	37 000
1892	12 400	1910	38 100
1893	13 800	1911	39 200
1894	15 000	1912	37 600
1895	17 300	1913	40 500

Fonte: Tabela II.

E é precisamente a partir daí que suas trajetórias indicarão ritmos de crescimento profundamente distintos. As Tabelas III., IV., V e VI. ilustram essa situação. As extremas variações em safras sucessivas indicadas nas Tabelas I. e II. refletem alterações de curto prazo no rendimento por árvore, enquanto que o aumento na produção ao longo de todo o período (1876-1915) indica um crescimento no número total de árvores produtivas. Isto é, uma expansão da base produtora. Com esse objetivo, elaboramos as Tabelas III. e IV., onde uma média móvel de cinco anos foi computada para as séries de tempo, visando com isso, minimizar os efeitos cíclicos de produção.

Entre os quinquênios 1876/80 e 1881/85, Minas crescia sua produção em 77,7%, acompanhando de perto a expansão paulista

TABELA V
EXPORTAÇÃO MÉDIA DE QÜINQÜÊNIOS — MINAS E SÃO PAULO
(MIL ARROBAS)

	Qüinqüênios							
	1876/80	1881/85	1886/90	1891/95	1896/90	1901/05	1906/10	1911/15
Estado								
São Paulo	3 700	6 800	10 300	13 800	24 400	10 700	9 800	8 700
Minas	2 700	4 800	4 800	6 100	8 200	31 400	41 300	40 500

Fonte: Tabelas I. e II.

que fora de 83,7% (Tabela VI.). A década de 1880 entretanto, seria crucial para o distanciamento da produção e da capacidade produtiva de ambas as economias⁽²⁰⁾.

Tomando-se os quinquênios de 1881/85 e 1886/90, vemos que a produção média de Minas para os dois períodos é a mesma: 4,8 milhões de arrobas sendo, portanto, nulo seu crescimento (Tabela V.). Enquanto isso a produção paulista para o mesmo período crescia em 51,4% (Tabela VI.).

A partir daí, não só o ritmo de crescimento das duas economias será acentuadamente diverso, como também se agravará a diferença entre suas bases de acumulação.

No quinquênio 1881/85 a produção média de Minas Gerais era de 4,8 milhões de arrobas, enquanto a de São Paulo 6,8 milhões. No seguinte, aquela permaneceria a mesma e esta saltaria para 10,3 milhões de arrobas. Essa distância se aprofundaria cada vez mais, chegando a ser de 9,8 para 41,3 milhões de arrobas no período 1906/10.

TABELA VI

Crescimento da Produção (%)

Quinquênios	Minas	São Paulo
Do 1.º para o 2.º	77,7	83,7
Do 2.º para o 3.º	0,0	51,4
Do 3.º para o 4.º	27,0	33,9
Do 4.º para o 5.º	33,4	76,8
Do 5.º para o 6.º	30,4	28,6
Do 6.º para o 7.º	- 8,4	31,5
Do 7.º para o 8.º	- 11,2	- 1,9

FONTE: Tabela V

(20) Idem. pg. 42 e seguintes. Cano também entende que a década dos 80 é de fundamental importância dentro do quadro de expansão da cafeicultura paulista.

Fica claro, portanto, que a expansão paulista que se observa entre 1891/95 e 1896/1900, que foi de ordem de 76,8% revela claramente sua ampla base de acumulação, ao mesmo tempo em que a dinâmica do café mineiro demonstrava claramente seu estancamento.

Lembramos, a propósito, uma das peculiaridades da acumulação cafeeira. Sua dinâmica envolve dois tipos de inversão, infelizmente mascarados nas poucas estatísticas disponíveis: o investimento de reposição e o investimento líquido, de expansão do estoque de cafeeiros. O investimento de reposição se dá tanto pelo envelhecimento das árvores, que após certa idade declinam sua produtividade quanto pela exaustão das terras plantadas. Essa reposição, portanto, torna-se necessária por um ou por outro dos efeitos assinalados, e não raro, pela combinação de ambos.

É fácil se depreender que havendo condições de disponibilidade econômica de terras virgens e aptas ao cultivo, essa reposição se dará em condições de maior eficiência e produtividade. Ao contrário, não havendo aquelas condições — isto é, replantio em terras cansadas — esse investimento de reposição, **no caso de haver condições econômicas para sua efetivação**, terá produtividade sabidamente inferior ao outro.

Em São Paulo essas condições eram favoráveis. Havia terras disponíveis — com topografia que favorecia a introdução de métodos de cultivo mais racionais e equipamentos agrícolas. Há que se ressaltar ainda, que também em São Paulo havia sido introduzido o trabalho assalariado, criando, portanto, as condições para um desenvolvimento capitalista, fato esse que em Minas se apresentaria com muito menor intensidade, como se verá adiante.

Em Minas essas condições eram desfavoráveis. A começar pelo relevo excessivamente acidentado da Zona da Mata, possuidora das terras mais apropriadas ao cultivo do café, o que dificultava as operações produtivas.

A expansão da fronteira também esbarraria em um sério obstáculo. Na medida em que se dirigisse para o centro ou norte do Estado logo se depararia com a aridez das áreas mineradoras. Poderíamos pensar numa expansão em direção ao sul do Estado. Entretanto, dada a proximidade dessa região com São Paulo, seria difícil imaginar um deslocamento das bases de acumulação para o sul de Minas em função dos elevados níveis em que ela se processava no Oeste Paulista neste período.

O investimento líquido na cafeicultura mineira, portanto, via-se obstaculizado, de um lado, pela impossibilidade de expansão da fronteira e, de outro, pelas estreitas bases de apropriação do excedente, como veremos mais adiante.

Em função disso verifica-se então a crescente diferenciação da base produtiva de cada uma das economias. Em que pese o fato de haverem sido “semelhantes”, como tivemos a oportunidade de assinalar, notamos que, à medida em que os anos avançam, o volume de produção paulista se torna extraordinariamente elevado. Em 1906, por exemplo, atinge a 61,5 milhões de arrobas, enquanto que a maior safra mineira, dentro do período considerado, situa-se em 12,5 milhões, no ano de 1901. De 1900 em diante a cafeicultura paulista dispunha de uma capacidade produtiva capaz de manter o nível de produção sempre acima de 30 milhões de arrobas, independentemente de boas ou más colheitas (Tabela IV.). Em Minas, para o mesmo período, a capacidade produtiva não permitia que o nível da produção ultrapassasse 10 milhões de arrobas (Tabela III.).

Ao lado da constância do crescimento da produção cafeeira paulista, exceto para os anos finais da série, se destaca sobremaneira, a sua intensidade. A expansão em Minas, por sua vez, além de não ser tão constante, é muito menos intensa. Na realidade, ela é mesmo moderadíssima. Em 40 anos (1876-1915) ela caminhou pouco. Talvez pelo enorme esforço, ao qual se viu submetida a terra, a partir de 1820. Com efeito, o espaço total por onde se moveu a cafeicultura na Zona da Mata, veio sendo literalmente o mesmo desde aproximadamente 1890, quando virtualmente se completa a expansão férrea ligada ao café.

Essas frágeis bases da acumulação cafeeira em Minas são, inequivocamente, responsáveis por sua estancada dinâmica. Esse estudo está por merecer até hoje uma profunda investigação que certamente demanda recursos muito mais amplos do que os que dispomos neste momento. Todavia, tentaremos aflorar as condições dessa dinâmica.

Como se viu, então, a produção mineira cresce até aproximadamente 1880/81, cessa a expansão nesta década para retomá-la, finalmente, entre 1890 e 1905. É justamente neste período compreendido pela virada do século que ela atinge seus limites mais elevados. De 1905 em diante a produção se estabilizaria, e a nova

expansão só teria início a partir de 1919/20⁽²¹⁾. Ora declina, ora se eleva, sem contudo, se afastar significativamente daqueles níveis alcançados nos primeiros anos desse século. De 1900 a 1919 o café foi dos produtos mineiros que menos aumentou sua exportação diz Aristóteles Alvim⁽²²⁾. Taunay também identificou essa estagnação ao dizer que os preços favoráveis do café entre 1889 e 1896 induziram a um notável acréscimo da produção paulista e que, apesar do esforço já se notava que a lavoura da "Mata mineira, cansada, mantinha-se nos limites já atingidos"⁽²³⁾.

Esse não era o caso da economia cafeeira paulista. Como vimos o seu ritmo de expansão era intenso. E é justamente essa intensidade do ritmo de expansão que proporrá a rápida e radical solução do problema da mão-de-obra na economia paulista.

A maior produtividade de seus cafezais, acarretando maiores margens de lucro possibilitava contínuo aumento de produção. E aumento de produção significava crescente incorporação de trabalho assalariado. O que pretendemos enfatizar é que o processo de transição para o trabalho assalariado depende, em última análise das condições gerais da lavoura cafeeira. Mais precisamente, de seu ritmo de acumulação de capital. E neste momento, a "lavoura de São Paulo estava em condições muito mais favoráveis que as das províncias vizinhas. Em primeiro lugar dispunha, de cafezais muito mais novos e terrenos incomparavelmente mais fáceis de amanho, as terras de suave derrame, os largos chãos parados de Oeste e não as encostas antiladas da região fluminense e mineira. As lavouras em tais condições davam um rendimento incomparavelmente menor que as de suas congêneres paulistas"⁽²⁴⁾. E essa variação de produtividade irá alterar as possibilidades de transição para o trabalho livre. As regiões em decadência não podem competir com as outras, estando condicionadas a oferecer salários mais baixos.

Essa observação encontra respaldo no fato que a evolução das relações de produção na cafeicultura mineira se verificavam de forma muito lenta, transitando quase sempre por formas in-

(21) Cf. PRAGA, Constantino C., *Resenha Histórica do Café no Brasil, Agricultura em São Paulo, Boletim da Divisão de Economia Rural*, Janeiro de 1963.

(22) ALVIN, A., *op. cit.*, pg. 77.

(23) TAUNAY, A., *op. cit.* vol. 11, pg. 16.

(24) TAUNAY, A., *op. cit.*, v. 9, pg. 22.

termediárias, nunca chegando a assistir a um domínio razoável do trabalho assalariado. Isso, como veremos mais adiante, afetará, em medida considerável, as próprias possibilidades de uma expansão diversificada dessa economia.

Na realidade, São Paulo despertou cedo para esse problema. O regime de parceria — entendido como uma forma intermediária, transitória entre o trabalho escravo e o assalariado — já ganhava certa popularidade entre os fazendeiros, mesmo antes de 1850⁽²⁵⁾. Por uma série de motivos — que não discutiremos aqui por fugir ao centro de nossas preocupações — o sistema de parceria entraria em declínio, já a partir de 1860, sendo gradativamente abandonado⁽²⁶⁾. Mas isso não significava em absoluto a interrupção do processo de evolução das relações de trabalho. Novas formas de organização de produção seriam efetivamente buscadas. O sistema de trabalho adotado preferencialmente desde a decadência da parceria fora o da locação de serviços ou o “contrato de colono”

A contribuição desse sistema para o desenvolvimento, não só da economia cafeeira, foi decisiva. Sob essa forma de organização do trabalho o colono contava com uma boa parcela de renda monetária. Ela provinha de três fontes separadas⁽²⁷⁾. **Primeiro**, do pagamento contratualmente estabelecido pelo cuidado dos cafeeiros durante o ciclo anual de produção. **Segundo**, do pagamento pela colheita. O colono receberia uma soma, estabelecida no contrato, por alqueire (volume) trabalhado. O alqueire padrão usado em São Paulo, e também em Minas, era o de 50 litros. “No primitivo sistema de parceria a colheita alcançada por cada família era limitada ao número de árvores que ficava sob seus cuidados. No sistema de “contrato de colono” a colheita era separada, no contrato, do trabalho de cuidar anualmente das plantas. Isso permitia uma mobilização mais eficiente da força de trabalho...”⁽²⁸⁾. Essa parte do salário-monetário anual variava consideravelmente em decorrência das próprias altera-

(25) COSTA, Emília Viotti, *op. cit.*, pg. 80.

(26) *Idem*, pg. 85 e seguintes. Aqui é encontrado um minucioso relato dos motivos que levaram esse sistema ao fracasso.

(27) Veja a esse respeito: Holloway, Thomas, Condições do mercado de trabalho e organização do trabalho nas plantações na economia cafeeira de São Paulo, 1885-1915: uma análise preliminar, *Estudos Econômicos*, n.º 2, dez. 1972, pg. 162 e seguintes.

(28) HOLLOWAY, T., *op. cit.*, pg. 162.

ções do cafeeiro que alterna boas e más colheitas. **Terceiro**, do pagamento do trabalho diário em volta das fazendas, incluindo o trabalho de processamento do café, transporte para a estação, reparos, etc.. O restante da renda revestia-se de forma não monetária e incluía habitação, terra para o plantio de cereais, às vezes assistência médica, etc..

Em Minas, **ao contrário**, a parceria — na base da meiação — continuava predominante. Não se percebia evolução clara em direção a um sistema de organização do trabalho do tipo “contrato de colono” ou coisa parecida. É o que se depreende da análise do “Relatório Carlos Prates” de 1906⁽²⁹⁾. Trata-se de um importante documento sobre a situação econômica geral da Zona da Mata, sobressaindo-se fundamentalmente o exame da cultura cafeeira, de longe, a principal atividade econômica, não só da região mas de todo o Estado. Carlos Prates percorreu os principais municípios cafeeiros, procurando dentro dos mesmos conhecer minuciosamente a situação de suas fazendas mais importantes. Foram visitados 18 municípios: Cataguases, Carangola, Juiz de Fora, Leopoldina, Mar d’Espanha, Pomba, Ponte Nova, Rio Novo, Rio Preto, São João Nepomuceno, São José d’Além, Paraíba, S. P. do Muriaé, Ubá, Rio Branco, Viçosa, Guarará, Palma e São Manoel. Nele é indicado que, de uma maneira geral, o sistema de custeio das lavouras é misto, ou seja, salário e meiação, com larga predominância desta, em que o meeiro (colono) fica com a metade do lucro da venda do café, deduzidas todas as despesas com o beneficiamento, transporte, comissão de venda, impostos, etc.. Geralmente o **salário** era destinado ao pagamento de tarefas relacionadas com a formação do cafezal, como derruba, a queimada, a covagem, a plantação, etc.. Também Pierre Denis, por volta de 1909, observou que “a meiação constitui a fórmula que no Estado de São Paulo tendia a eliminar-se de “per si” embora ainda em Minas corrente”⁽³⁰⁾.

A baixa produtividade da cafeicultura mineira foi devidamente apontada por Carlos Prates que, em 1905 estimou-a, para a Zona da Mata, em 36 arrobas por 1 000 pés. “Em São Paulo cafezais de 8 a 16 anos davam facilmente, 100 arrobas e mais por 1 000 pés, enquanto os de 20 e 30 anos, produziam, em média 50

(29) **A Lavoura e a Indústria da Zona da Mata.** Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Secretário das Finanças pelo Engenheiro Carlos Prates. Imprensa Oficial, 1906.

(30) Citado por Taunay, A., *op. cit.*, vol. 11, pg. 258.

arrobas e os de 35 a 50 anos não davam mais de 20 a 30 arrobas por mil pés”⁽³¹⁾. João Pinheiro, Presidente do Estado, também reconhecia em 1908 que “na maior parte da zona atualmente produtora de café, não é das maiores o rendimento das colheitas proporcionalmente à superfície cultivada”⁽³²⁾. Descontadas as diferenças entre fertilidade natural dos solos paulistas e mineiros, permanece a sugestão de que a idade média dos cafezais da Mata era, no mínimo, bastante avançada. Uma ampla renovação desses cafeeiros com o objetivo de reduzir sua idade média, requeria um esforço de acumulação que esta economia certamente não estaria em condições de suportar. A formação de novos cafezais como veremos, demanda amplos investimentos, que só começam a ter retorno decorridos 4 a 6 anos.

A terra já se encontrava cansada depois de anos a fio de exploração predatória. A introdução de simples melhoria nos métodos de cultivo, como a adubação, por exemplo, representava aumento de despesa, sendo quase sempre deixada de lado. Ou se partia para novas plantações em novas terras, ou plantava-se novos cafezais em terras velhas (com a ajuda ou não de corretivos), ou simplesmente, não se fazia nem uma coisa nem outra. “Já existem, relativamente, poucos terrenos virgens próprios para a cultura” (do café). Isso foi o que observou Carlos Prates para vários dos municípios percorridos dentre eles Além Paraíba, Ubá, Viçosa, Rio Preto, Mar d’Espanha, Rio Novo e Juiz de Fora. Como alternativa para renovação dos cafeeiros restavam terras que já haviam sido utilizadas. Obviamente, cafezais novos em terras novas apresentavam maior produtividade que cafezais novos em terras velhas (supondo-se a ausência da recuperação de terrenos, como na realidade ocorria). Não é à toa que se dizia que “o plantio de cafezal em terra boa valia quase tudo e em terras ruim nada”⁽³³⁾. A força produtiva da terra é fundamental para a determinação da produtividade dos cafeeiros independentemente de bons ou maus métodos de cultivo. Isso se torna mais importante ainda se lembrarmos que o custo de formação e o custo de manutenção de um cafezal que produz 30 arrobas por

(31) COSTA, Emília Viotti da, *op. cit.*, pg. 197.

(32) Mensagem dirigida pelo Presidente do Estado, Dr. João Pinheiro da Silva ao Congresso Mineiro, no ano de 1908. Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1908.

(33) TAUNAY, A., *op. cit.*, vol. 11, pg. 220.

mil pés e um de mesmas proporções mas, que no entanto, produz 100 por mil pés, são exatamente os mesmos.

Vejamos mais de perto esses custos. O custo de formação de um cafezal era geralmente calculado com base nas despesas efetuadas para a plantação de 1 (um) alqueire geométrico. Na Mata o número médio de pés de café plantado nesta área era de 4 000⁽³⁴⁾. Tomemos então os dados fornecidos pela Fazenda Anna Florência⁽³⁵⁾ em 1905, situada no município de Ponte Nova:

Derrubada de um alqueire geométrico	200\$000
Queimada	4\$000
Alinhamento	20\$000
Covação	35\$000
Plantio (de 5000 covas)	20\$000
Capinas (4 por ano) em 3 anos e a 25\$000 por mil pés	1:500\$000
Soma	1:799\$000

Deles pode se deduzir que o pé de café produtor custava quase 360 réis. Nesta fazenda, especificamente, plantava-se 5 000 pés por alqueire. Se, por um lado, isto reduzia o custo do pé de café produtor, dada a existência de alguns itens que representam custos fixos na formação do cafezal, por outro lado, poderia comprometer a sua produtividade futura.

Outra fazenda, na mesma data, a Liberdade, localizada no município de Guarará apresentava esses dados⁽³⁶⁾:

Derrubada	150\$000
Aceiro e queima	30\$000
Alinhamento	20\$000
Covação e plantação, \$100 por cova (4 500 covas)	450\$000
Capinas (3 por ano) em 4 anos sendo 80\$000 nos 2 primeiros anos 60\$000 nos 2 últimos anos	480\$000 360\$000
Soma	1:490\$000

(34) Veja quadro n.º 2 do «Relatório Carlos Prates».

(35) «Relatório Carlos Prates», pg. 75.

(36) Idem, pg. 90.

Ficava portanto, o custo do pé produtor em aproximadamente \$331.

As capinas consumiam grande parte do custo de formação dos cafezais chegando a representar 83% no primeiro caso e 56% no segundo. Geralmente, só a partir do 4.o ou 5.o ano é que o cafezal começava a produzir o suficiente para cobrir as capinas. Habitualmente o fazendeiro se desincubia do pagamento das carpas, mediante licença para que o colono plantasse cereais (milho e feijão) entre os pés de café, enquanto cresciam. Este arranjo efetivamente reduzia, não só as despesas de formação, mas, também as “necessidades monetárias” do fazendeiro. Quando não permitia o cultivo intercalado de cereais, arcava com o pesado ônus do pagamento das carpas. Quando possuía terras disponível apenas para o cultivo desses gêneros, coisa que nem sempre acontecia, ele costumava demarcá-las e entregá-las aos colonos. Mas isso não lhes interessava. Os trabalhos culturais necessários aos cereais eram processados **juntamente** com as carpas do café. Estando tudo junto num lugar só, o trabalho era muito menor.

Passemos agora ao **custo de produção** do cafezal. Como se sabe ele se acha na dependência de fatores que variam enormemente: fertilidade do terreno, salários, recursos de transporte, processos culturais, regularidade climática e da colheita, etc.. Contudo, fixemo-nos nos fatores mais estáveis. Os dados ainda são relativos à Fazenda Liberdade e dizem respeito ao custo de **uma arroba** de café, vendida no Rio ao preço de 8\$000 réis, com o cafezal formado e produzindo 50 arrobas por mil pés:

Capinas, 2 por ano, à razão de 20\$000 por mil pés, e por arroba	\$800
Extinção de formigas	\$040
Apanhação (colheita) de 1 arroba	1\$000
Transporte para o terreiro e secagem	\$200
Beneficiamento (soque)	\$300
Transporte para a estação	\$100
Frete de Bicas ao Rio de Janeiro	1\$020
Imposto (9%)	\$720
Comissão (3%) ..	\$240
Transporte no Rio e viração do saco	\$140
Eventuais	\$040
Soma	4\$600

O lucro por arroba posta no Rio seria, então, de 3\$400. Isto sem levar em conta, ainda, os juros do capital empregado na fazenda e na formação do cafezal, imposto territorial, serviços de administração, etc.. Contudo, analisemos mais detidamente os dados que acabamos de apresentar. Em primeiro lugar, o problema das capinas. As duas realizadas por ano custaram 40 mil réis pelos 1 000 pés que produziam 50 arrobas — produtividade bem acima da média de toda a região. O custo da capina por arroba era, pois, de $40\$000 \div 50 = \800 . As variáveis que estão em jogo aqui são: o número anual de carpas, o preço delas e a produtividade dos cafezais. As variações de cada uma delas serão decisivas para a fixação do custo de produção por arroba e, conseqüentemente, para a determinação das margens de lucro. Se não vejamos:

Vamos, inicialmente, supor a seguinte situação: uma fazendeiro percebendo que sua margem de lucro decresce diante da queda das cotações do café, tenta reduzir ao máximo seus custos de produção. A mais imediata providência é a redução do número de carpas. Serão somente duas por ano, como no exemplo dado. Menos que isso significa, praticamente, abandonar o cafezal. Entretanto, suponhamos que os salários sejam não mais de 20\$000, e sim de 30\$000 pela capina de 1 000 pés⁽³⁷⁾. Finalmente, as terras desse nosso fazendeiro, já cansadas, produzem aquilo que geralmente se consegue nesta região, ou seja, 35 arrobas por mil pés. Mantendo-se tudo o mais constante, inclusive o preço do café, teremos agora um custo por arroba de ordem de 5\$514. O lucro por arroba cai para 2\$486. Isso se deu, porque nessa nova situação, em que os salários subiram e a produtividade caiu, o custo de capina por arroba passou de \$800 para 1\$714.

Podemos supor, também, o caso de um fazendeiro que se recuse a reduzir o número de carpas, porque acredita que assim

(37) O «Relatório Carlos Prates» aponta variações de salários de um Município para outro dentro da Zona da Mata, sem, contudo, mencionar suas causas. Possivelmente uma explicação para elas poderia estar no fato de que as dificuldades de capina variavam de acordo com a localização dos cafeeiros (terrenos mais ou menos íngremes), sua idade, etc.. Por exemplo cafezais velhos e improdutivos fariam com que a mão-de-obra demandasse maiores salários pelo seu trato, dada a baixa renda que certamente receberiam pela pequena colheita. Dentre outras, o referido relatório apresenta diferenças de salários para os seguintes municípios: 20\$000 (pela capina de 1 000 pés), no município de Guarará (pg. 90). 25\$000 em Ponte Nova (pg. 75), 40\$000 em Rio Preto (pg. 80).

procedendo estará justamente, contribuindo para melhorar a produtividade de seu cafezal. Fazendas havia em que as carpas chegavam a cinco por ano. Suponhamos que elas fossem em número de quatro. Se apenas isso se alterasse com relação à situação original (do quadro) teríamos um custo por arroba de 5\$400, e uma margem de lucro da ordem de 2\$600.

Finalmente, se supuséssemos uma situação extrema com quatro carpas anuais, ao preço de 30\$000 cada uma e, uma produtividade de 35 arrobas (na realidade, essa situação não é tão extrema assim, pois, havia lugares em que a produtividade por mil pés descia a 20 ou 25 arrobas e até menos) obteríamos um custo por arroba de 7\$228, restando, pois, apenas \$772 de lucro.

É claro que os demais itens que integram o quadro de custo de produção também variam. O custo de transporte do café, tanto para o terreiro, quanto para a estação de embarque vai depender das condições gerais das vias de comunicação, das distâncias, etc.. Entretanto, a partir do exame do “Relatório Carlos Prates” encontramos uma grande homogeneidade nestes dois itens, para toda a zona da Mata. O frete para o Rio também variava de acordo com a distância. Contudo, com relação ao exemplo escolhido, qualquer variação possivelmente seria para pior. De Bicas, localizadas no município de Guarará, para o Rio a tarifa era das mais baixas de toda a região (1\$020 por arroba, enquanto que a de Rio Preto, por exemplo, era de 2\$000, e de Ponte Nova 2\$100, etc.)⁽³⁸⁾. **Todavia, insistimos na idéia de que as variações que realmente mais importavam eram as três que acabamos de assinalar.**

Na vigência do regime de meiação as coisas ocorriam de forma um pouco diferente. Tomemos agora os dados da Fazenda do Recreio, localizada, no município de Ubá. “Nesta fazenda me foi mostrada a seguinte conta de venda de café, feita no Rio, em março último (1905), sendo café proveniente de cafezais tratados à meiação”, diz Carlos Prates⁽³⁹⁾. Para realçar as diferenças entre essa situação e a anterior, onde se pagava salário, arranjaremos os dados dividindo as despesas realizadas em dois grupos: dentro e fora da fazenda. Segundo a conta foram enviados ao Rio

(38) Os fretes variavam também em função das Cias. transportadoras. A E.F. Central do Brasil e a E.F. Leopoldina, muitas vezes cobravam tarifas diferentes para uma mesma distância.

(39) «Relatório Carlos Prates», pg. 54.

39 sacos, ou seja, 156 arrobas a 80\$000 cada, produzindo uma receita de 1:248\$000.

Despesas fora da Fazenda

Frete	236\$400
Imposto	124\$280
Baldeação	7\$800
Carreto	15\$600
Comissão (3%)	37\$440
Soma	421\$520
Despesas dentro da Fazenda (agora não se computa a carpa e a colheita)	
Beneficiamento a 300 RS. a arroba	46\$800
Carreto para a estação a 100 RS. a arroba	15\$600
Aluguel de sacos	15\$600
Soma	78\$000

O total das despesas é de 499\$520 restando, pois, um lucro de 748\$480 pela venda das 156 arrobas. Ocorre, entretanto, que a importância acima é dividida em duas partes, uma para o fazendeiro e outra para o colono ou meeiro. A cada uma delas caberá a quantia de 374\$240, ou seja, o lucro por arroba será de 2\$398.

Vejamos, agora, o que aconteceria se essa mesma fazenda pagasse salários ao invés de adotar a parceria. As 156 arrobas, segundo seu proprietário, correspondem à produção de 5 mil pés de café; isto é, uma produtividade de 31,2 arrobas por mil pés. Supondo que serão efetuadas duas carpas anuais ao preço de 20\$000 para cada mil pés teremos um gasto de 200\$000. Supondo, também, que a colheita será feita na base de um mil réis por arroba, a sua despesa atingirá a 156\$000. O total desses dois itens será, portanto, de 356\$000. O lucro do fazendeiro seria 392\$480 (a despesa seria de $499\$520 + 356\$000 = 855\$520$, que deduzida da receita total é igual a 392\$480) pelas 156 arrobas, ou 2\$515 por uma. Isto é, superior aquele que se obteria sob a meiação.

Se este mesmo fazendeiro pretendesse fazer, em lugar de duas, três ou mais carpas anuais; aí seu lucro por arroba já não

seria maior do que aquele obtido na parceria (na parceria, geralmente, o número de carpas não passava de 2 por ano). O mesmo ocorreria, também, caso houvesse aumento no preço das capinas. Dado a baixa produtividade tudo passa a depender dos salários e do número de carpas. O ajuste dessas duas variáveis é que irá determinar qual dos dois sistemas será mais rentável. O que pretendemos sugerir é que nem sempre a parceria é o sistema de organização da produção mais lucrativo. A sua adoção indiscriminada pode inclusive ter chegado a debilitar a capacidade de acumulação da economia cafeeira da Mata, uma vez que, este regime de trabalho era amplamente dominante nesta região.

Examinemos mais um exemplo retomando agora, os dados iniciais da Fazenda Liberdade. Pagando salário, o custo da arroba como se viu era de 4\$600 e o lucro de 3\$400. Mantendo-se os demais dados teríamos, sob a parceria, um lucro de 5\$200 por arroba para ser, evidentemente, repartido entre as duas partes, restando, portanto 2\$600 para cada uma delas.

PRODUÇÃO ESTIMADA PARA A MATA (1905).

MUNICÍPIOS	ARROBAS
Muriaé ..	1 500 000
Cataguases	810 000
Ponte Nova	750 000
Ubá	718 000
Carangola	700 000
Juiz de Fora	585 000
Além Paraíba	573 000
Leopoldina ..	500 000
São João Nepomuceno ..	371 000
Rio Novo	350 000
Pomba	340 000
Guarará	317 000
Mar d'Espanha	315 000
Rio Branco	262 000
São Manoel	200 000
Palma	191 000
Viçosa ..	38 000
Rio Preto . ..	36 000

A prevalecer aquele nível salarial e as duas carpas anuais era mais rentável para o fazendeiro pagar salários do que adotar a parceria. Em situações como essa a adoção da parceria estaria contribuindo para reforçar um **processo de pulverização do excedente**, impedindo que ele se **concentrasse** de maneira desejável, não só para dinamizar a expansão da própria atividade cafeeira, mas de toda a economia da região que era justamente a mais dinâmica do Estado de Minas.

A produção da Mata, neste período que estamos analisando, atingia níveis consideráveis, praticamente se concentrando nos 18 municípios que assinalamos. Carlos Prates elaborou uma estimativa bastante próxima daquilo que, efetivamente, ocorreu em 1905⁽⁴⁰⁾ e que reproduzimos no quadro a seguir:

Certamente, a grande maioria dessa produção era obtida pela pequena propriedade. Por exemplo, o município de São Manuel contava com 904 propriedades agrícolas. “Destas, 425 são fazendas e sítios de café” relata Carlos Prates⁽⁴¹⁾. Para uma produção de 200 000 arrobas, cabia a cada uma das propriedades cafeeiras uma média de **470 arrobas**, aproximadamente. Este mesmo município contava apenas com 13 engenhos. Entendemos por engenho o conjunto de máquinas necessárias às várias fases do processo de beneficiamento do café. É perfeitamente lícito supor que o número de engenhos existentes guarda relação com o tamanho médio das propriedades. Via de regra, somente os grandes produtores, com boa capacidade financeira eram capazes de suportar as pesadas imobilizações correspondentes à instalação desses aparelhos. Ao pequeno produtor restava a alternativa de pagar o aluguel das máquinas pelo beneficiamento do seu café, ou então, vendê-lo diretamente sem submetê-lo a processamento. Nesta última hipótese é provável que a sua situação se tornasse ainda mais precária. Um relatório da Secretaria da Agricultura de 1908 indicava que o café sem beneficiamento podia ser vendido a 5\$200 a arroba, enquanto que o beneficiado atingia, aproximadamente, 8\$700⁽⁴²⁾.

(40) A estimativa esteve um pouco acima dos dados de exportação para este ano. Veja Tabela I.

(41) «Relatório Carlos Prates», pg. 24.

(42) Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Juscelino Barbosa, Secretário das Finanças, pelo Engenheiro Carlos Prates, Diretor de Agricultura, Comércio, Terras e Colonização referentes ao ano de 1908. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1909. pg. 253.

O município de Muriaé era o mais importante sob o ponto de vista da produção cafeeira. Possuía 3 339 propriedades agrícolas o que dava uma média de **449 arrobas** de café para cada uma delas. Mesmo se levarmos em conta que algumas não produziam café, a média, possivelmente, continuaria baixa. Para esse avultado número de propriedades só se computava a existência de 65 engenhos. As 1 522 propriedades de São João Nepomuceno produziam em média **243 arrobas** cada uma. O município possuía somente 34 engenhos de café. Em Guarará essa média se elevava um pouco, sendo provavelmente das mais elevadas de toda a região. A produção média das 400 propriedades era de **792 arrobas** e 19 o número de seus engenhos.

Realmente, a partir do exame do “Relatório Carlos Prates” percebemos nitidamente serem raríssimas as vezes nas quais se menciona fazenda com grande produção, isto é, superiores a seis, oito ou dez mil arrobas, enquanto que relatos sobre o café de São Paulo habitualmente apontam fazendas que produzem até dez vezes esses limites.

A cultura do café, principalmente nesta época, na qual a exploração era fundamentalmente extensiva, se pautava por uma constante busca de novas terras. Tratava-se da crucial tarefa de rejuvenescimento do cafezal de forma a se atenuar a queda de sua produtividade média e manter um nível de produção satisfatório. A formação de novos cafezais era, pois, absolutamente indispensável para que esse objetivo fosse atingido. E, inegavelmente, era o grande fazendeiro quem estava em melhores condições de fazê-lo, derrubando a mata virgem que ainda possuísse, ou en-

	São Paulo	Minas Gerais
1. N.º de Estabelecimentos	21 341	41 393
2. Área (hectares)	1 028 673	650 706
3. Cafezais (1.000)	823 942	480 036
$\frac{2}{1}$	48,2	15,7
$\frac{3}{1}$	38,6	11,6

Fonte: Censo Agrícola, vol. III, 2.a parte.

tão adquirindo novas terras. O pequeno fazendeiro dificilmente, poderia expandir sua produção. Já seria difícil para ele a simples formação de novos cafezais, quanto mais a aquisição de novas áreas.

Embora 14 anos depois das afirmações de Carlos Prates, o Censo de 1920 confirmava essa estrutura baseada na pequena propriedade:

Fica, portanto, apontada mais uma marcante diferenciação entre as duas regiões, ou seja, o predomínio da pequena propriedade do café em Minas Gerais, fato que se constitui, sem qualquer dúvida — dadas as condições da época — em verdadeiras amarras à acumulação capitalista.

Taunay nos fornece um magnífico exemplo dessa vital necessidade de constante renovação na luta contra a irreversível tendência declinante da produtividade. Reproduzimos os dados referentes a uma fazenda paulista “sobremodo produtiva” estando seu proprietário em boa situação⁽⁴³⁾.

Anos	Anos de Safra	Lavouras Formadas	Lavouras Novas	Colheita em Arrobas
1897	97-98	180 000	104 000	40 600
1898	98-99	180 000	104 000	11 600
1899	99-00	200 000	120 000	50 560
1900	00-01	304 000	16 000	38 000
1901	01-02	320 000	66 000	71 000
1902	02-03	320 000	60 000	34 500
1903	03-04	320 000	82 000	50 580
1904	04-05	320 000	82 000	45 600
1905	05-06	380 000	22 000	43 000
1906	06-07	380 000	22 000	72 000
1907	07-08	380 000	22 000	36 000

Nestes 11 anos foram plantados nada menos do que 700 000 novos pés de café numa média superior a 63 mil por ano. Somente dessa forma, a produção dessa fazenda, embora oscilando

(43) TAUNAY, A.. *op. cit.*, vol. 11, pg. 264/65.

de ano para ano, não apresentaria uma **tendência declinante**. É bem verdade que a produtividade natural dessas terras era bastante elevada e isso proporcionava uma contribuição decisiva para o ímpeto desse processo de expansão. Mesmo uma má safra como a de 1898/99 ainda apresentava um índice de produtividade da ordem de 64,4 arrobas por mil pés, sendo que a anterior chegou a apresentar a espantosa cifra de 225,5 arrobas por mil pés. Este índice nesta fazenda sempre se manteve elevado, devido à constante incorporação de novas terras.

Contudo tentemos dar mais um passo em direção a um melhor entendimento sobre as possibilidades de expansão da economia cafeeira da Mata. Para tanto, faremos uma série de suposições, que serão úteis para enriquecer nosso entendimento⁽⁴⁴⁾.

Suponhamos que em 1904 um certo fazendeiro se decida pela formação de um novo cafezal com 50 000 pés. Plantado cinco mil pés em um alqueire geométrico, ele necessitaria de, no mínimo, 10 alqueires. Segundo Carlos Prates, nesta época, o preço médio de um alqueire de mata virgem na região era de pouco mais de 300\$000⁽⁴⁵⁾. No ano de 1904 os gastos realizados pelo fazendeiro seriam aproximadamente (baseamo-nos aqui, em dados já apresentados):

Derrubada e roçada (150\$000 por alqueire)	1:500\$000
Aceiro e queima	150\$000
Alinhamento	100\$000
Covação e plantação (\$100 por cova)	5:000\$000
Capina (3 por ano a 20\$000 p/mil pés)	3:000\$000
TOTAL DE 1904	9:750\$000
 Gastos de 1905	
Capina (3 por ano a 20\$000 p/mil pés)	3:000\$000
Extinção de formigas	40\$000
TOTAL DE 1905	3:040\$000

(44) O Deputado Ribeiro Junqueira fez um estudo semelhante — A tributação e a produção cafeeira em Minas Gerais — publicado em «O Jornal» de 15 de outubro de 1927 oitava seção, pg. 3.

(45) «Relatório Carlos Prates», quadro n.º 1. pg. 140.

Gastos de 1906

Capina (3 por ano a 25\$000 p/mil pés)	3:750\$000
Extinção de formigas	40\$000
TOTAL DE 1906	3:790\$000

Gastos de 1907

Capinas (3 por ano a 25\$000 p/mil pés)	3:750\$000
Extinção de formigas	60\$000
TOTAL DE 1907	3:810\$000

Presume-se que a primeira colheita de 1908, produza, em dinheiro, o necessário para a manutenção do cafezal durante esse ano. Para o seu trato supomos a necessidade da construção de 10 casas para colonos, na proporção de uma para cada 5 000 pés. O que é, sem dúvida, um número excessivo de cafeeiros para cada família cuidar. Diz Emília Viotti que raramente uma delas conseguia “tomar conta de mais de três mil pés”⁽⁴⁶⁾. Essa sobrecarga suportada pelos colonos visava a redução dos custos de produção. A medida que decaía a produtividade eles eram obrigados a manter um número cada vez maior de pés chegando a atingir até seis mil⁽⁴⁷⁾. Entretanto, voltemos para as casas dos colonos, que eram de construção extremamente pobre. Taunay aponta que em 1897 uma boa casa de colono em São Paulo custaria perto de 1:500\$000⁽⁴⁸⁾. Para Minas poderíamos supor um preço três a quatro vezes menor (as casas eram mais precárias, a mão-de-obra empregada na construção mais barata, etc.), ou seja 400\$000 para cada uma delas. Admitamos ainda um juro de 8% ao ano como uma boa taxa para esta época. O nosso quadro de despesas ficaria então:

1904

Valor do terreno	..	3:000\$000
Gastos		9:750\$000
TOTAL		12:750\$000

(46) COSTA, Emília Viotti da., *op. cit.*, pg. 102.

(47) *Idem.* pg. 197.

(48) TAUNAY, A., *op. cit.*, vol. 9, pg. 309.

1905

Construção de 10 casas de colonos	4:000\$000
Gastos	3:040\$000
Juros s/o capital empregado em 1904	1:020\$000
TOTAL	8:060\$000

1906

Gastos	3:790\$000
Juros s/capital empregado em 1904	1:020\$000
Juros s/capital empregado em 1905	644\$800
TOTAL	5:454\$800

1907

Gastos	3:810\$000
Juros s/capital empregado em 1904	1:020\$000
Juros s/capital empregado em 1905	644\$800
Juros s/capital empregado em 1906	436\$384
TOTAL	5:911\$814

1908

Juros s/capital empregado em 1904	1:020\$000
Juros s/capital empregado em 1905	644\$800
Juros s/capital empregado em 1906	436\$384
Juros s/capital empregado em 1907	472\$894
TOTAL	2:574\$078

Somando os gastos anuais teremos um total de 34:750\$162. que representa o custo do cafezal que acaba de chegar ao limiar de uma idade remuneradora. Pode-se perceber que os juros foram acumulados anualmente e que, ao invés de computá-los à medida em que os gastos foram feitos, por simplicidade, os lançamos a partir do primeiro dia do ano seguinte. Como a maioria dos terrenos de café da Zona da Mata era de topografia acidentada, “em que as chuvas, principalmente logo após as carpas, abrem sulcos nos morros, carregando os humos, descobrindo as

raízes, o cafeeiro dura, em média, 20 anos, dos quais 15 em produção lucrativa”⁽⁴⁹⁾ Fiquemos, portanto, com essa hipótese de uma vida média útil de 15 anos para o cafezal.

O capital empregado de 34:750\$162 a juros de 8% ao ano e amortização em 15 anos, requer, para a sua recuperação, a quantidade anual de 4:059\$844, ou seja, mais de 4 contos por ano.

Com a média de produção de 35 arrobas por 1 000 pés, teremos uma produção anual de 1 750 arrobas. Portanto, cada arroba custará ao fazendeiro por ano, somente de juros e amortização do capital empatado, a quantidade de 2\$319 ($4:059\$844 \div 1\,750$).

Pois bem, adicionando-se a este custo de formação (2\$319) os custos de produção (incluída a comercialização) anteriormente mencionados (o menor custo dos nossos exemplos era de 4\$600), teríamos um custo total de 6\$919, o que se, cotejado com os preços vigentes (de 8\$000, por exemplo), ensejariam uma baixíssima rentabilidade. Ainda que a produtividade do cafezal recém-formado fosse de 50 arrobas por mil pés, teríamos um custo de formação da ordem de 1\$623 (p/arroba) e o total atingiria a 6\$223. A margem de lucro, mesmo com essa, produtividade acima da média da região e, portanto, atípica, permaneceria baixa.

Embora na presença de tantas simplificações — tais como ausência de gastos para a aquisição de máquinas, construção de terreiros e estradas, salários para administrador, adubação do cafeeiro, etc. — acreditamos que o exemplo dado, aponta no sentido daquilo que pretendemos caracterizar: **as precárias condições da cafeicultura da Mata no início do século**. Ainda um último comentário sobre duas hipóteses contidas no exemplo. Escolhemos uma baixa taxa de juros (8%) de propósito. Qualquer outra acima dela pioraria ainda mais a situação do fazendeiro reforçando assim a nossa argumentação. Quanto à curta vida dos cafeeiros (15 anos), pensamos realmente que poderíamos considerá-la um pouco mais elevada, digamos, 20 ou 25 anos, sem comprometer em nada as conclusões que chegamos. Contudo, pelos relatos disponíveis parece-nos que a suposição feita é bastante real.

Na primeira década deste século o café vivia uma de suas piores crises de preço. De 1896 até 1910 houve uma firme ten-

(49) Ribeiro Junqueira. *op. cit.*.

dência declinante. De pouco mais de dezenove mil réis, o preço médio da arroba chegaria a cair para a casa dos sete. E com o valor de sete, oito ou nove mil réis, as margens de lucro estariam fortemente reduzidas. Computados os custos de juros e amortizações do capital mais os custos de produção, pouco restava para o cafeicultor. Isso, evidentemente, debilitava a capacidade de expansão dessa economia. Principalmente ao pequeno produtor, praticamente impedido de acesso a novas terras, restava a triste alternativa de assistir o gradual, mas inexorável, processo de envelhecimento de suas terras e cafeeiros.

3. APROPRIAÇÃO DO EXCEDENTE CAFEIEIRO: SUA FORMA DE COMERCIALIZAÇÃO

Diz Sérgio Silva em seu livro: “A abertura dos portos (1806) e a independência política (1822) são as datas magnas da burguesia comercial brasileira. O fim do monopólio comercial português e o fim do estatuto colonial determinam o acesso dos comerciantes brasileiros (no caso, não necessariamente nascidos no Brasil) ao setor comercial central de uma economia ainda colonial: o grande comércio de importação — exportação. A partir dessas datas, a burguesia comercial brasileira desenvolveu-se rapidamente graças, sobretudo, à consolidação e expansão das fazendas de café, que essa burguesia organiza juntamente com a aristocracia fundiária local”^(50*).

É óbvio que a atividade comercial é, desde sempre vinculada à atividade cafeeira desde que o próprio café é uma realização do capital comercial. A comercialização de uma produção que alcança milhões de sacas implica na formação de um vasto sistema comercial, constituído por casas de exportação e uma rede bancária e de transporte. Esse capital acaba por penetrar a órbita produtiva, isto é, participa da própria formação das fazendas. “Desde o começo, os principais líderes da marcha pioneira não se limitaram organizar ridigir plantações de café. Eles eram

(50) SILVA. Sérgio, *Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil*, Ed. Alfa-Omega, São Paulo, 1976, pg. 40.

(*) Grifos nossos (JHL).

também compradores da produção do conjunto de proprietários de terra. Eles exerciam as funções de um banco, financiando o estabelecimento de novas plantações ou a modernização de seu equipamento, emprestando aos fazendeiros em dificuldade”⁽⁵¹⁾. Aos poucos eles se afastam da administração direta das plantações passando a residir nas grandes cidades sempre atentos às novas oportunidades de inversão. Por exemplo, a crescente importância dos capitais aplicados nas casas de exportação está na origem da implantação de alguns dos principais bancos brasileiros. As incursões pela indústria também tendem a se tornar rotineiras como já assinalamos.

Essa acumulação diversificada confere ao capital cafeeiro uma peculiar configuração: “pela posição ocupada pelo capital exportador no movimento de reprodução ampliada do capital social é possível pensar que os agentes sociais aí localizados podem ser pensados constituindo uma fração de classe, de modo algum isso nos leva a pensar a burguesia exportadora como um todo internamente homogêneo. É ela própria subfracionada em burguesia comercial, burguesia financeira, burguesia industrial. Enquanto frações de burguesia exportadora, é possível detectar uma base comum de interesse mas também entre si estas subfrações mantêm relações contraditórias, refletindo posições **dominantes** ou subordinadas que ocupam no interior do complexo, exportar e/ou à forma desigual com que se apropriam de partes do lucro”⁽⁵²⁾.

Constituem assim frações não autônomas do capital cafeeiro, mas como aponta Sérgio Silva, com o desenvolvimento do capitalismo sua tendência é de ganhar uma autonomia. Essas frações diversas “estavam estruturadas de uma maneira precisa”⁽⁵³⁾, configurando uma rede de relações específicas. E é justamente a análise dessas relações que nos permite perceber, qual dentre suas formas era a dominante.

(51) Idem, pg. 59.

(52) DRAIBE, S.M., **Classes e Industrialização na Argentina**. Contribuição à análise das relações entre Burguesia Exportadora e Burguesia Industrial. Tese de Mestrado apresentada junto à ELAS-FLACSO, Santiago, 1972/73, pg. 51.

(53) SILVA, S., *op. cit.*, pg. 60.

Durante o padrão de acumulação exportador cafeeiro, que entra em crise na década dos vinte, a fração de capital dominante era a comercial⁽⁵⁴⁾.

O próprio desenvolvimento do capital cafeeiro gerou e reforçou uma outra divisão entre grandes e médios capitais. Os grandes capitais seriam aqueles de mais amplo espectro, envolvendo atividades agrárias, comercial, financeira e industrial. Os médios, também uma fração da burguesia, se aproximariam mais de “uma simples classe de proprietários de terra”, cuja fraqueza era resultante, do fraco desenvolvimento do capitalismo ao nível de produção e, também, de sua impossibilidade de diversificação de investimentos.

Essa análise reflete de maneira correta a evolução da economia paulista. Todavia, parece-nos não corresponder ao desenvolvimento de Minas Gerais. Nossa tentativa é agora comprovar essa afirmação.

Stanley Stein em sua conhecida obra⁽⁵⁵⁾ faz uma interessante descrição da vida comercial de Vassouras e arredores. Em linhas gerais fica ali delineada a estrutura de comércio dos municípios cafeeiros do Vale do Paraíba. Segundo ele o comércio local de Vassouras supria o **pequeno fazendeiro**, os arrendatários, os trabalhadores rurais e a população da cidade em geral. Se compunha de modestos negociantes que comerciavam desde tecidos grosseiros de algodão, toucinho, fubá, carne seca e bacalhau, passando também por bebidas e bugigangas como fitas, pentes, carteiras, sabonetes, etc., até ferragens incluindo machados, enxadas, foices e outros apetrechos. “Com esses varejistas tinham os fazendeiros poucos contatos, excetuando-se uma ou duas grandes casas de negócio em Vassouras”⁽⁵⁶⁾. Os contatos comerciais do grande fazendeiro se estabeleciam diretamente com o Rio de Janeiro através dessa peculiar figura da história do café: o comissário. A ele cabia uma fase importantíssima da atividade cafeeira: a comercialização da safra. Mas as suas funções não se esgotavam apenas nessa tarefa. É desnecessário repetir toda a ampla

(54) Na afirmação da dominância do capital comercial me baseio e acompanho J.M. Cardoso de Mello, op. cit., pg. 107 e seguintes.

(55) STEIN, Stanley, **Grandeza e Decadência do Café**. São Paulo, Brasiliense, 1961.

(56) Idem. pg. 103.

gama de operações realizadas pelos comissários. Entretanto, gostaríamos de lembrar que, dentre elas, figurava também a incumbência de suprir o fazendeiro e sua família daqueles bens de consumo mais sofisticados, adquirido no Rio de Janeiro ou no estrangeiro. Depois que um fazendeiro consignava sua safra a um determinado comissário, abria-se uma conta corrente na qual o primeiro “sacava mais ou menos à vontade” contra o segundo⁽⁵⁷⁾. Muitas das mais importantes casas comissárias do Rio de Janeiro pertenciam a membros de famílias de grandes cafeicultores do Vale do Paraíba⁽⁵⁸⁾. Nesses casos, percebe-se que o capital cafeeiro, desempenha simultaneamente, funções agrárias e comerciais. É importante destacar, entretanto, que, no caso mineiro, a parte maior das funções comerciais se realizavam no Rio de Janeiro.

Configurava-se, nesses municípios cafeeiros, uma estrutura comercial composta de dois compartimentos. Um local, que se desenvolvia entre os pequenos comerciantes, pequenos fazendeiros e a população em geral, e outro, mais amplo, ligando grandes fazendeiros com a Praça do Rio de Janeiro. Juntos, Estado do Rio e o antigo Distrito Federal processava então sua própria produção, sua comercialização, e ademais, a comercialização do café mineiro.

Os centros onde existiam os dois segmentos da atividade cafeeira — o rural e o urbano — se beneficiavam de um processo de diversificação econômica baseado num aprofundamento da divisão social de trabalho. Setores distintos da economia passavam a se especializar no cumprimento de tarefas específicas. O impacto desse processo na rápida urbanização de cidades como o Rio de Janeiro e São Paulo foi muito grande. Por sua vez, a urbanização se apresentaria como condição e resultado de outro processo: o da expansão industrial. A interação cumulativa entre ambos se reforçaria, mais uma vez, aprofundando a divisão do trabalho.

A cafeicultura em Minas Gerais teria se desenvolvido sob a larga predominância de “capitais médios”. De fato, como vimos no item anterior, o tamanho médio de suas propriedades cafeeiras era sensivelmente menor que as de São Paulo (e também que as do Rio, no seu apogeu). Esse capital de reduzido porte

(57) *Idem*, pg. 98.

(58) *Idem*, pg. 101.

desempenharia de modo geral, apenas funções estritamente agrárias. Não “transbordaria” diretamente para fora das plantações. Os pequenos proprietários venderiam o seu café na porteira da fazenda e, quando isso não acontecesse, chegariam no máximo até a estação mais próxima. Repetimos, dificilmente participariam de qualquer etapa comercial ou financeira ligada ao negócio cafeeiro, e pouco provavelmente teriam excedente disponível para diversificar suas inversões.

Os municípios cafeeiros da Zona da Mata mineira também contavam com um **pequeno comércio**, tal como aquele descrito por Stanley Stein. Mas, com uma particularidade importante. Esse pequeno comércio incluía grande parte da comercialização da safra cafeeira. Com efeito, algumas indicações contidas nas observações de Roberto Capri⁽⁵⁹⁾ que viajou pela Zona da Mata em 1915, sugerem algo nesse sentido. As casas comerciais dos diversos municípios cafeeiros funcionavam como intermediários entre os inúmeros pequenos produtores da região e as casas exportadoras do Rio de Janeiro. Cada uma daquelas casas (dos municípios) representava um pequeno pólo de atração para onde convergia a produção dos fazendeiros mais próximos. Dentre os vários artigos que negociavam constava também o café.

Isso ficava registrado a partir de vários anúncios publicitários de casas comerciais de município cafeeiro apresentados por Roberto Capri em seu álbum. Por exemplo, um que se encontrava pregado à porta de uma casa chamada “Ao Preço Fixo”, fundada em 1886 no município de Rio Branco, de propriedade de Adriano Telles e Cia. Ali se podia ler o seguinte: “Variado sortimento de fazendas, ferragens, armarinho, chapéus, calçados, roupa feita, máquinas de costura, etc.. Compram-se café, fumo e demais gêneros do país. Únicos depositários dos afamados calçados Souto e Vênus” Outro referente à Casa Americana de Lincoln e Cia. com matriz em São João Nepomuceno e filial em Palmira, registrava: “Casa Americana: compradores de café; refinação de açúcar, máquinas movidas à eletricidade para beneficiamento de arroz e moagem de milho; mantimentos, querosene e sal em grande escala; variado sortimento de fazendas, roupas, armarinhos, ferragens, chapéus, louças, calçados, papéis, tintas e outros artigos”

(59) CAPRI, Roberto, **Minas Gerais e seus municípios — Zona da Mata**. São Paulo, Weiss e Cia. 1916. Este autor que viajou pela Zona da Mata em 1915 reuniu suas impressões neste curioso álbum, que conta inclusive com várias fotografias.

Esses comerciantes centralizavam a produção que mais tarde seria negociada com as grandes casas comissárias e exportadores do Rio de Janeiro, que desde cedo, procuravam controlar a comercialização da safra mineira. De fato, Taunay registra, por exemplo, a fundação no Rio de 1884, de uma importante casa comissária (a Avelar e Cia.) “com clientela sobretudo de municípios da Mata de Minas” Mais adiante diz que o proprietário dessa casa (o Conde de Avelar) gostava de afirmar que nos “últimos anos do Império o mais bem reputado café que chegava ao mercado carioca. era o Juiz de Fora, tido como muito superior aos demais tipos”⁽⁶⁰⁾ Certamente, Juiz de Fora, principal centro econômico de toda a Zona da Mata (e também do Estado), seria um dos mais ativos pólos de convergência da produção cafeeira da região. Mesmo para esse município aquela estrutura de comércio que acabamos de mencionar continuaria a vigorar, ou seja, os seus inúmeros pequenos comerciantes funcionariam como intermediários entre o produtor e os grandes exportadores e comissário do Rio.

Isso implicava no fato de que, do grande comércio de exportação de café, com o enorme volume de recursos que mobilizava, e do excedente de que se apropriava, Minas Gerais pouco participava. Esse importante segmento da atividade cafeeira estava praticamente ausente da economia mineira. Tal como ocorrera com a produção como vimos no item anterior — a comercialização do café também se encontrava pulverizada, dispersa por uma extensa rede de pequenos comerciantes. Possivelmente ela não se concentrou na dimensão necessária, a partir da qual funcionaria como um setor mais ou menos autônomo, nunca chegando a se constituir em importante mecanismo apropriador, centralizador e diversificador do capital cafeeiro, como no caso de São Paulo. Mesmo porque, como já mostramos, as margens de lucro da cafeicultura de Minas no início do século eram extremamente reduzidas, sendo que dificilmente tais lucros teriam condições de extravasar para os outros setores da própria economia mineira. Em outras palavras, era pouco provável que em Minas se verificasse algo semelhante àquilo que denominamos de processo de acumulação diversificada do capital cafeeiro e que tão bem caracterizou a expansão da economia paulista nesse período. Mais adiante voltaremos à questão da apropriação de parte do excedente do café de Minas, pela Praça do Rio de Janeiro.

(60) TAUNAY. A., *op. cit.*, vol. 7, pg. 42

Ocorre, entretanto, que, por um momento, o governo mineiro parece ter tido a percepção da necessidade de criar certas condições para que os produtores mineiros participassem de uma forma mais decisiva de comercialização do café. Partindo do pressuposto de que os intermediários sempre procuravam reduzir o preço de compra desse produto, tanto na porteira da fazenda, quanto na estação mais próxima, fato que acarretava uma redução de lucro do produtor, procurar-se-ia, então eliminá-los ao máximo. Isso traria dois benefícios aos cafeicultores. De um lado, ao propiciar-lhes a possibilidade um aumento nas margens de lucro estaria contribuindo para uma melhoria geral das condições da cafeicultura mineira que passaria a dispor de uma maior capacidade de expansão e, de outro, concorreria para o estabelecimento de mais um setor da atividade econômica (o grande comércio), criando mais uma opção para a inversão e diversificação da estrutura econômica do Estado. Em suma, ao incentivar um processo de internalização do grande comércio cafeeiro o governo concorria (intencionalmente ou não) para que a economia mineira desse mais um passo no sentido de um maior aprofundamento da divisão social do trabalho, da especialização.

De fato, essa tentativa consubstanciou-se no Plano Mineiro de Valorização do Café idealizado pelo então Presidente João Pínhairo. Procurava ele atacar primordialmente a questão da comercialização. Para tanto propôs e agiu em três frentes. Criou, por conta do Estado, entrepostos comerciais na Europa (Antuérpia e Havre). Agências de Café no Rio, Santos e Espírito Santo e incentivou a criação de cooperativas cafeeiras nos principais municípios produtores. Tudo isso seria coordenado pela Secretaria da Agricultura.

Com efeito, a Agência do Rio, de longe a mais importante, se instalou em princípios de 1908. Segundo dados de um relatório da Secretaria da Agricultura⁽⁶¹⁾, de 1.º de maio desse ano a 1.º de maio de 1909 ela recebeu 14 858 sacas de café; de 1909 a 1910 recebeu 129 180 sacas e de 1910 a 1911 recebeu 231 645. O significativo aumento que se registrou nesse curto período se deu, em parte, devido à intensa criação de novas cooperativas. Praticamente todos os grandes municípios instalaram no mínimo uma.

(61) Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Presidente do Estado de Minas Gerais pelo Dr. José Gonçalves de Souza, Secretário do Estado dos Negócios da Agricultura, Indústria, Terras, Viação e Obras Públicas. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1911.

E eram elas que remetiam o café para a Agência do Rio. Diz ainda o Relatório: “Neste ano (1910) entraram na praça do Rio 2 489 582 sacas de café; sendo 1 368 153 de procedência mineira. À Agência foram consignadas, como foi dito, 231 645 sacas, que correspondem a cerca de 10% da entrada geral e 17% relativa ao café mineiro”⁽⁶²⁾ Como se vê, nesses três anos as cooperativas dos produtores mineiro comercializavam apenas essa pequena parcela para a Europa ou para seus próprios corretores. É o que se depreende de alguns informes fornecidos pela seção do café, órgão vinculado à Secretaria da Agricultura de Minas Gerais. De um lote de 5 622 remetido **diretamente para o Agente de Antuérpia** em fins de 1908 apurou-se a quantia bruta de 173:120\$132 (cento e setenta e três contos.). Deduzidas as despesas de fretes, impostos, etc., na importância de 57:176\$873 restou o líquido de 115:943\$199, o que corresponde a 20\$620 por saca ou 5\$155 por arroba. No mesmo período outras cooperativas de Zona da Mata **enviaram ao mercado do Rio** 8 656 sacas que ali foram vendidas **por seus corretores**, que cobravam apenas 50 réis (\$50) por saca, alcançando o preço de 205:771\$372. Deduzidas as despesas de fretes, impostos, etc., na importância de 58:616\$447, deixaram o líquido de 147:154\$925 correspondente a 17\$000 por saca ou 4\$250 por arroba o que representava 905 réis (\$905) a menos por arroba do que o café vendido diretamente na Europa⁽⁶³⁾.

Caso este mesmo café fosse vendido pelos comissários (esses comissários que representavam as casas exportadoras do Rio, compravam, como vimos, dos pequenos comerciantes locais que, por sua vez, já haviam adquirido o café dos fazendeiros), teríamos de sobrecarregá-lo com as despesas de comissão de 3% (taxa vigente na época) calculados sobre o preço bruto, ou seja, 6:173\$142 e mais 5:193\$600 “para frete ou carreto, pesagem, viragem, braçagem, etc., à razão de 600 réis (\$600) por saca — conforme se vê em todas as contas desses intermediários...”⁽⁶⁴⁾, resultando um produto líquido de 135:788\$183. Isso corresponderia a 15\$684 por saca ou 3\$921 por arroba. Ou seja, uma diferença para menos de 329 réis (\$329) em relação às vendas feitas pelos corretores e de 1\$234, em relação às vendas efetuadas diretamente para a Europa. Neste último caso, a cadeia dos intermediários era mais extensa e, conseqüentemente, o lucro dos produtores menor. Resumindo, portanto, temos o seguinte:

(62) Idem, pg. 488.

Café vendido pelo comissário	3\$921 lucro/arroba
Café vendido pelo corretor	4\$250 lucro/arroba
Café vendido diretamente	5\$155 lucro/arroba

Quanto mais diretas fossem as vendas, maiores as margens de lucro. Merece ainda ser mencionado o fato de que o Governo instituiu uma série de prêmios e incentivos, tanto para a instalação, quanto para a expansão das atividades das cooperativas, coisas que, em última análise, reforçariam as possibilidades de ampliação dos lucros dos cafeeicultores.

Das anotações de diversas cooperativas podemos retirar uma série de exemplos que ilustram o que acabamos de relatar. É o que se segue (dados referentes a 1908)⁽⁶⁵⁾.

Cooperativa do Rio Branco:

Venda na Europa	5\$300 lucro p/arroba
Venda no Rio pelo corretor	4\$014 lucro p/arroba
Venda no Rio pelo comissário	3\$690 lucro p/arroba

Cooperativa de Cataguazes:

Venda na Europa	4\$016 lucro p/arroba
Venda no Rio pelo corretor	3\$555 lucro p/arroba
Venda no Rio pelo comissário	3\$255 lucro p/arroba

Cooperativa Ponte Nova:

Venda na Europa	..	6\$235 lucro p/arroba
Venda no Rio pelo corretor		4\$168 lucro p/arroba
Venda no Rio pelo comissário		3\$886 lucro p/arroba

Curiosamente, entretanto, o cooperativismo não progrediu. Da mesma forma que ele apresentou um intenso crescimento nos primeiros anos de atividade, cedo também começaria a apresen-

(63) Relatório apresentado ao Exmo. Dr. Juscelino Barbosa, Secretário das Finanças pelo Engenheiro Carlos Prates, Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1909.

(64) Idem, pg. 310.

(65) Idem, pg. 323.

tar sinais de estagnação seguida de declínio. Em 1912 e 1913 o número de sacas recebidas pela Agência Geral no Rio ainda aumentou um pouco em relação aos anos anteriores. Nesses anos entraram, respectivamente 249 836 e 304 590 sacas. A partir daí, diz Sócrates Alvim⁽⁶⁶⁾, o movimento das cooperativas entra em acentuado declínio. Indiscutivelmente, é fundamental ter claro os motivos que levaram essa experiência, a ter uma vida tão efêmera. Infelizmente isso foge aos objetivos do nosso trabalho. Embora não aprofundemos esse tema, sua colocação se faz necessária. Do nosso ponto de vista, esta experiência e seu fracasso constitui uma pista fundamental para a compreensão da acumulação cafeeira em Minas.

Vejamos essa hipótese.

A concorrência exercida pelas casas comissárias de exportação do Rio de Janeiro deve ter contribuído decisivamente para o malogro do cooperativismo mineiro. Elas agiam agressivamente, partindo com decisão para a conquista do mercado. Às vezes chegavam a ser audaciosas, como ilustra um episódio ocorrido na Cooperativa de Cataguazes. Esse município era o segundo maior produtor de café de Minas Gerais e sua cooperativa das mais progressistas. Entretanto, num relatório encaminhado à Diretoria do Comércio e Expansão Econômica pelo Sr. Joaquim Correia Dias, incumbido de fiscalizar o funcionamento das cooperativas agrícola do estado, podia-se ler que a de Cataguazes, cedendo à pressões, permitiu que “dentro do seu engenho central” se estabelecesse uma catação de café “custeada por importante casa comercial do Rio, além de ser feito todo o serviço de rebeneficiamento de café (casa comercial) nos engenhos daquela (cooperativa), que vive quase que às expensas da citada casa comercial!”⁽⁶⁷⁾.

Na realidade o fazendeiro de Minas estava encerrado no “ciclo de ferro” tal qual o fazendeiro fluminense, como mostrou Stanley Stein⁽⁵⁸⁾. As precárias condições de retenção do excedente no próprio território mineiro, implicavam, de um lado, numa débil situação de liquidez do fazendeiro, e, de outro, numa precária situação financeira do Estado. Constituíam-se dessa maneira dois sérios e absolutos pontos de estrangulamento que impediam a realização do seguinte esquema: a possibilidade do Estado expandir, tanto o gasto público (subsidiando aquele “sui

(66) ALVIN, Sócrates, *op. cit.*, pg. 70.

generis" esquema de comercialização cooperativo e estatal), quanto a sua possibilidade de, via empréstimos, financiar aos fazendeiros (ou às cooperativas) o novo esquema de comercialização. Nem se podia pensar na utilização maior do mecanismo da dívida pública e de empréstimos externos: quem seriam seus tomadores, se sabemos da fragilidade da acumulação cafeeira em Minas, resultante da baixa concentração de capital? Houvesse tal condição, talvez se pudesse imprimir uma expansão das bases de acumulação.

4 CAFÉ E INDÚSTRIA: ALGUMAS OBSERVAÇÕES

Antes de fazermos alguns comentários sobre certos aspectos da relação café-indústria em Minas vejamos uma sumária caracterização da estrutura produtiva desse Estado de acordo com os dados do inquérito industrial de 1907 (Censo de 1907)⁽⁶⁹⁾.

Para tanto, tomaremos emprestado de Sérgio da Silva⁽⁷⁰⁾ algumas idéias, mais precisamente aquelas referentes à agregação de empresas, segundo cortes de tamanho por capital e operários.

Reagrupamos os dados do Censo de 1907 para Minas Gerais de maneira semelhante à que Sérgio Silva já fizera para São Paulo e Distrito Federal. Eles encontram-se dispostos nas Tabelas VII. e VII-A. Os resultados encontrados permitem que destaquemos importantes diferenças entre Minas, por um lado, e São Paulo e Distrito Federal, por outro.

Com efeito, enquanto as grandes empresas, isto é, aquelas que empregam 100 ou mais operários e/ou possuíam 1 000 contos ou mais de capital reagrupavam 85% do capital em São Pau-

(67) Relatório apresentado ao Exmo. Dr. Juscelino Barbosa, pg. 510.

(68) STEIN, Stanley, *op. cit.*, pg. 36. Esse aspecto foi tratado e aprofundado também em J.M. Cardoso de Melo. *op. cit.*, pg. 63-65 e Maria S. Carvalho Franco, *Homens Livres na Ordem Escravocrata*, São Paulo, Instituto de Estudos Brasileiros, 1969, pg. 171-172.

(69) *O rasil, suas riquezas naturais, suas indústrias*. Rio de Janeiro, M. Orosco e Cia., 1909.

(70) SILVA, Sérgio, *op. cit.*, pgs. 83/85.

TABELA VII.

MINAS GERAIS, 1907: CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS INDUSTRIAIS, SEGUNDO O CAPITAL E O NÚMERO DE OPERÁRIOS

	VALORES ABSOLUTOS				MÉDIAS			NÚMEROS RELATIVOS (%)			
	Número de Empresas	Capital (Contos)	Número de Operários	Produção (Contos)	Capital por Empresas	Operários por Empresa	Produção por Empresa	Número de Empresas	Capital	Número de Operários	Produção
Empresas Segundo o Capital e o Número de Operários											
A. Menos de 1 000 contos e 100 ou mais operários	23	10207	4189	9506	443,8	182	417,2	4,30	38,00	44,50	30,10
B. 1 000 Contos ou mais e 100 ou mais operários	2	4422	1211	2380	2.211,0	605	1.190,0	0,37	16,40	12,80	7,40
C. 1 000 contos ou mais e menos de 1000 operários	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
D. Menos de 1 000 contos e menos de 100 operários	504	12191	4005	19903	24,2	8	39,5	95,30	45,40	42,60	62,40
Total do Estado	529	26820	9405	31879	50,7	18	60,3				

FONTE: O Brasil, suas riquezas. ., vol. 3, pgs. 45-59.

lo e cerca de 70% no Distrito Federal, em Minas reagrupavam apenas 54,4% (Tabela VII.). Em números absolutos os dados são também reveladores. As grandes empresas totalizavam 66 no Distrito Federal e 72 em São Paulo. Em Minas eram apenas 25 dentre as 529 (Tabela VII.). Com relação ao valor da produção as diferenças também eram significativas. As grandes empresas contribuíam com 51,9% e 77,4% no Distrito Federal e em São Paulo respectivamente, e, com somente 37,5% em Minas (Tabela VII.). No tocante à força de trabalho, Minas e Distrito Federal se igualavam, com essas empresas reagrupando 57,3% dos operários, sendo que em São Paulo essa cifra atingia a 80,2%.

De acordo com os dados do Censo de 1907, teríamos que das 25 empresas existentes que empregavam 100 ou mais operários, apenas 2 se caracterizavam como grande empresa empregando 1 000 contos ou mais de capital. E as outras 23, melhor se enquadrariam como de porte médio (grupos A e B — Tabela VII.). Não existia nenhuma empresa com mais de 1 000 contos de capital e menos de 100 operários (grupo C, Tabela VII.). Este seria um tipo de indústria, ao mesmo tempo, mecanizada e de grande porte, incompatível, quase que por definição, com o grau de desenvolvimento do capitalismo em Minas.

Com o número de empresas, o capital e o valor da produção dos estabelecimentos situados nos grupos A, B e C da Tabela VII. representavam uma porcentagem muito pequena desses totais com relação aos do Estado, criamos mais um grupo, o D, representado por empresas com menos de 1 000 contos de capital e menos de 100 operários. Realmente era nesse bloco que se concentrava o grosso da produção fabril de Minas Gerais. Aqui se localizavam 95,3% das empresas, 45,4% do capital, 42,6% da força de trabalho e 62,4% do valor da produção (Tabela VII.).

Entretanto, esse reagrupamento ainda é insuficiente para uma melhor caracterização do que era a estruturada indústria mineira. Menos de 1 000 contos de capital e menos de 100 operários são limites muito fluidos; as variações que eles comportam podem ser muito extensas. Visando contornar esse problema fomos obrigados a partir para uma maior desagregação dos dados. É o que apresentamos na Tabela VII-A..

Qualifiquemos um pouco mais algumas características da indústria de Minas. Primeiro, inexistiam empresas com mais de 1 000 contos de capital e menos de 100 operários, como já disse-

MINAS GERAIS, 1907: CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS INDUSTRIAIS, SEGUNDO O CAPITAL E O NUMERO DE OPERÁRIOS

TABELA VII-A

NÚMERO DE OPE- RÁRIOS	100 OU MAIS				50 - 99			20 - 49			1 - 19		
	1	(*)	(**)		2			3			4		
1.000 ou mais	Empresas: 2 Capital: 4.422 Operários: 1.211 Produção: 2.380	2 2.211 605 1.190	0,37 16,40 12,80 7,40		Empresas: 0 Capital: 0 Operários: 0 Produção: 0			Empresas: 0 Capital: 0 Operários: 0 Produção: 0			Empresas: 0 Capital: 0 Operários: 0 Produção: 0		
500 - 999	Empresas: 11 Capital: 6.972 Operários: 1.953 Produção: 4.040	11 732 177 367	2,0 25,9 20,7 12,6		Empresas: 2 Capital: 1.315 Operários: 168 Produção: 450			Empresas: 7 Capital: 500 Operários: 48 Produção: 356			Empresas: 8 Capital: 0 Operários: 0 Produção: 0		
200 - 499	Empresas: 8 Capital: 2.725 Operários: 1.670 Produção: 4.546	8 341 209 568	1,5 10,1 17,7 14,2		Empresas: 7 Capital: 2.002 Operários: 503 Produção: 4.164			Empresas: 11 Capital: 1.100 Operários: 117 Produção: 1.333			Empresas: 12 Capital: 0 Operários: 0 Produção: 0		
0 - 199	Empresas: 4 Capital: 510 Operários: 570 Produção: 1.084	4 127 142 271	0,7 1,9 6,0 3,4		Empresas: 8 Capital: 708 Operários: 562 Produção: 1.158			Empresas: 15 Capital: 1.133 Operários: 478 Produção: 1.363			Empresas: 16 Capital: 468 Operários: 2.129 Produção: 11.079		

(*) - Esta coluna se refere a média por estabelecimento, em cada categoria.

(**) - Esta coluna se refere à porcentagem em relação ao total do Estado.

Fonte: O Brasil, suas riquezas..., vol. III, pp. 45-59.

mos. Segundo, aquelas que contavam com menos de 20 operários, invariavelmente possuíam um capital inferior a 200 contos, como mostra a quarta coluna da Tabela VII-A.. Com 200 contos ou mais de capital e menos de 20 operários, não havia nenhuma empresa. Terceiro, as empresas com mais de 200 contos de capital e número de operários variando de 20 a 49 eram apenas 5 e, finalmente, aquelas em que o número de operários variava de 50 a 99, eram apenas 9. A porcentagem do capital, operários e produção que todas essas empresas detinham era muito pequena, como se pode ver pela indicação contida na terceira coluna de cada módulo(*) da Tabela VII-A..

Lembrando que basicamente é o critério do número de operários que tomamos para discutir o porte dessas indústrias, teríamos então a situação que se segue. A “pequena indústria” englobaria todas as empresas com menos de 50 operários e, logicamente, menos de 1 000 contos de capital. Corresponderia, portanto, aos módulos 7,8, 11,12, 15 e 16 da Tabela VII-A.. Seriam 487 dentre as 529 empresas existentes em 1907, ou seja, aproximadamente 92% delas. Congregariam cerca de 30% do capital e da força de trabalho, e, quase 45% do valor da produção fabril de todo o Estado. É claro que poder-se-ia argumentar que as empresas localizadas no módulo 16, o de maior peso nesse grupo, estariam muito mais próximos do artesanato do que da indústria, uma vez que a sua média de operários era de apenas 4 (segunda coluna de cada módulo).

À “média indústria”, corresponderiam os módulos 5, 6, 9, 10, 13 e 14 da Tabela VII-A.. Representariam 40 empresas, isto é, 7,5% do total. A elas caberia 53% do capital, pouco mais de 57% da força de trabalho e 48% do valor da produção.

Evidentemente, para a caracterização do grupo de média indústria valemo-nos, não só daquelas compreendidas na classe de 50 a 99 operários (nenhuma com 1 000 contos ou mais capital), e daquelas que, embora, tivessem 100 ou mais operários contavam com capitais inferiores a 1 000 contos. Teríamos então, para o conjunto das pequenas e médias indústrias, a quase totalidade do capital, dos operários, e da produção industrial de Minas.

Em suma, a estrutura industrial mineira, quer se examine pelo porte e diversificação dos vários ramos produtivos, quer pela

(*) Numeramos esses módulos de 1 a 16 para maior facilidade de identificação.

estrutura de tamanhos, se diferenciava de muito do parque industrial de São Paulo e do Distrito Federal.

Abordaremos agora a existência ou não de uma correspondência entre a acumulação cafeeira e a indústria em Minas. Inicialmente, vejamos o aspecto da correspondência espacial. Tradicionalmente, essa relação é tida como certa, a indústria teria se desenvolvido justamente na principal região cafeeira do Estado, a Zona da Mata. Essa conclusão é, até certo ponto, "natural", sobretudo se atentarmos para o fato de que ela, geralmente, se deriva da simples constatação da presença de Juiz de Fora nessa região. Inegavelmente, o peso da atividade industrial desse município com relação a do resto do Estado é muito grande. Mas, extrapolar esse fato para uma conclusão que se relaciona com toda uma região pode constituir equívoco fundamental.

De fato, já é expressiva a participação da região Metalúrgica na atividade industrial, principalmente se nos recordarmos de que nesta época (primeira década do século), Belo Horizonte mal acabava de nascer. Não passava de pequena vila sem exercer ainda grande influência sobre a vida econômica do Estado, coisa que só aconteceria a partir da segunda metade da década dos vinte. A região Metalúrgica, como se sabe, não é cafeeira e situa-se bem no centro geográfico do Estado.

Poderíamos assim, constatar a existência de um padrão de industrialização descentralizada tal como aquele descrito por Castro⁽⁷¹⁾. Atendendo basicamente a uma demanda local, funcionava graças à proteção fornecida pelos custos de transporte. Nessa categoria se enquadrariam as grandes têxteis de Sete Lagoas, Cachoeira de Macacos e outras de regiões mais distantes como Diamantina, Montes Claros, etc..

Os dados de 1907 indicam claramente essa indústria descentralizada.

Em 1907 a Mata destina 41% do capital industrial do Estado e a Metalúrgica 37% ; a primeira, 47% da produção e a segunda 34% (Tabela VIII.). Não nos esqueçamos de que a Zona da Mata, nesse período, era a principal região cafeeira do Estado (responsável por quase 80% da produção cafeeira de Minas), e que a

(71) CASTRO, A. B., **A industrialização descentralizada no Brasil**. in: **7 Ensaio sobre a Economia Brasileira**, Rio de Janeiro, Forense, 1971, vol. 2.

TABELA VIII.

MINAS GERAIS, 1907: DISTRIBUIÇÃO DA INDÚSTRIA MANUFATUREIRA PELAS
REGIÕES DO ESTADO

REGIÃO	Estabelecimentos		Capital		Operários		Produção		Capital por Empresa	Operários por Empresa	Produção por Empresa
	N.º	%	Contos	%	Nº	%	Contos	%			
Sul	159	31,6	1280,5	9,0	749	8,4	3283,0	10,6			
Mata	183	36,4	10494,0	41,4	3002	33,6	14532,5	47,3	5734	1640	7541
Metalúrgica	135	26,8	9373,5	36,9	4180	46,9	10563,0	34,3	6943	3102	7828
Outras**	25	4,9	4195,0	16,5	974	10,9	2328,5	7,5	16780	3804	9311
Total*	502	100,0	25343,0	100,0	8913	100,0		100,0	—	—	—
Não Localizados	22	—	1172,0	—	508	—	1537,0	—	—	—	—
Minas Gerais	524	—	26515	—	9421	—	32244	—	—	5000	6152

* As porcentagens se referem ao total dos estabelecimentos cuja localização pode ser indentificada.

** Inclui as regiões Oeste, Triângulo, Alto São Francisco, Alto Jequitinhonha, Rio Doce, Alto-Médio São Francisco, Urucuia, Alto Paranaíba.

* Total dos estabelecimentos localizados.

Zona Metalúrgica, até aquele momento, não era grande produtora de bens exportáveis.

Mais esclarecedor é o que ocorre com os dados relacionados ao emprego fabril. Os 135 estabelecimentos da região Metalúrgica empregavam 4 188 operários enquanto os 183 da Mata contavam com 3 002 (Tabela VIII.). A média de operários por empresa para as duas regiões era, portanto, bastante diferente, com a da Metalúrgica bem superior à média do Estado e da Mata um pouco inferior.

Na mesma Tabela VIII. tomados os tamanhos e termos de “capital por empresa”, o fenômeno adquire outra dimensão: Mata e Metalúrgica, com capitais médios em torno de 57 e 69 contos respectivamente a região Sul com apenas 8 contos, distanciavam-se sobremaneira do “restante do Estado”, que apresentava a média de 167 contos. As razões dessas diferenças, infelizmente, não poderão aqui serem rigorosamente determinadas; somente poderemos levantar uma hipótese. Elas residiram no fato de que a região representando o “restante do Estado”, ao que tudo indica, o latifúndio agropecuário era presença marcante e que sabidamente guarda uma estrutura fortemente concentradora da propriedade e da renda. Vale dizer, nessa região, provavelmente, existiram condições de maior concentração e centralização do capital, permitindo, portanto, inversões de maior porte.

Através do exame da estrutura industrial das regiões Metalúrgica e Mata podemos chegar a uma interessante conclusão. A Tabela IX. nos mostra que a grande diferença em termos da distribuição da produção entre ambas as regiões situava-se no ramo “Alimentos e Bebidas”. Enquanto na Mata a produção desse setor alcançava quase 6 000 contos, o que representava 41,2% do total da região, na Metalúrgica ela não passava de 1 300 contos que significavam pouco mais de 11% de sua produção. No restante, a participação dos demais ramos das duas regiões, não apresentava diferenças significativas, embora a Metalúrgica apresentasse uma distribuição setorial mais equilibrada. Em ambas, o setor “têxtil” tinha um peso semelhante, tanto pela sua participação na produção quanto no emprego (Tabela IX.). Em suma, portanto, a diferença residia fundamentalmente no tamanho do setor “Alimentos”, da Mata.

Perguntamos: a que se devia a presença, na Mata, dessa significativa produção de alimentos industrializados? Seria devido

TABELA IX.
MINAS GERAIS, 1907: ESTRUTURA SETORIAL DA INDÚSTRIA MANUFATUREIRA, POR
REGIÕES DO ESTADO

Setores	MATA			METALÚRGICA			OUTRAS**		
	Operários		Produção	Operários		Produção	Operários		Produção
	N.º	%	Contos	N.º	%	Contos	N.º	%	Contos
Alimentos e bebidas	890	29,6	5989	217	5,2	1226,5	53	5,4	453,5
	26	0,8	247	142	3,4	227,5	—	—	—
	1660	53,3	6064	1874	44,7	4738	908	93,2	1.833
	—	—	—	110	2,6	332	—	—	—
Alumínio e Calçados	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Aluminação e seus Prod.	29	0,9	157	43	1,0	299	—	—	—
Artigos de Couro	68	2,3	325	843	20,1	1267	6	0,6	40
	271	9,0	642,5	436	10,4	780	—	—	—
	—	—	—	15	0,3	45	—	—	—
	26	0,6	374	60	1,4	557	—	—	—
Prod. Químicos	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Metal e Máquinas	92	3,0	734	362	8,6	971	7	0,7	2
	—	—	—	86	2,0	120	—	—	—
	3002	100,0	14532,5	4188	100,0	10563	974	100,0	2.328,5
	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Diversos	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Total	3002	100,0	14532,5	4188	100,0	10563	974	100,0	2.328,5
									100,0

* Valor menor que 0,1%

** Inclui as outras regiões do Estado, com exceção da região Sul.

Fonte: **O Brasil suas riquezas.** ., vol. 3, pgs. 45-49.

ao café, que desta maneira estaria cumprindo uma de suas clássicas funções criando e ampliando o mercado para a indústria? Dificilmente.

Desde logo devemos mencionar o fato de que a economia achava-se estreitamente vinculada ao Rio de Janeiro. Na qualidade de maior centro urbano do país o Distrito Federal era o destino natural de grande parte da produção de alimentos da Mata (e também de outros produtos como o fumo e alguns tecidos mais grossos de algodão). Dessa forma, acreditamos que a exportação era a causa básica da presença dessa grande produção de alimentos.

Via de regra as fazendas eram unidades auto-suficientes. Além do café, sempre produziam alimentos para o seu consumo, reduzindo significativamente a demanda por esses produtos no mercado. Aliado a isso, repetimos, as relações de produção na cafeicultura, não evoluíram em direção a uma predominância do trabalho assalariado. A parcela, sob a forma de meiação, era a forma dominante de organização da produção. E isso restringia o potencial do café em criar mercados.

Não podemos esquecer que a produção de alimentos da Mata visava também a atender o rápido crescimento urbano de alguns centros da região, como o caso de Juiz de Fora.

Entretanto, não podemos afirmar, como é correto fazê-lo para São Paulo, que o processo de urbanização tenha sido induzido pela expansão de atividade cafeeira, assumindo elevada intensidade. Pela hipótese sobre a comercialização que levantamos anteriormente, a expansão do segmento urbano do “complexo” cafeeiro da Mata teria se dado a um ritmo bastante lento.

Passando para o terreno da participação do capital cafeeiro na indústria — à luz das fontes que consultamos — também não vemos vinculação significativa. Apesar desse assunto ainda não ter sido pesquisado para o caso de Minas, possivelmente seriam raros os casos de grandes cafeicultores que investiram seus lucros na indústria.

Quanto aos estímulos “para trás” proporcionados pelo café, mais uma vez não se detecta nada de muito importante. Enquanto em São Paulo se instalaram fábricas para a produção de máquinas de beneficiamento de café — a Lidgerwood, a MacHard

e a Arens, por exemplo — em Minas isto se limitou ao surgimento de pequenas oficinas de reparo.

Ao que parece, esses estímulos se resumiram a uma honrosa excessão, desta vez importante. Estamos nos referindo a uma grande têxtil dedicada à produção de juta, provavelmente destinada ao ensacamento de café. Ela se localizava em Juiz de Fora e o valor de sua produção em 1907 ultrapassou a 2 000 contos segundo o Censo de 1907.

Em resumo, concluímos: o que a Mata produzia a Metalúrgica também produzia. Com a diferença básica de não produzir café.

Assim, a indústria mineira, ao contrário da paulista, não era tão exclusivamente vinculada à economia cafeeira.

CONCLUSÕES

Deter-nos-emos aqui apenas nas conclusões de caráter mais geral. No tocante ao exame de alguns aspectos do “complexo cafeeiro de Minas” chegamos às seguintes constatações:

— essa economia cafeeira esbarrou desde cedo com o problema da exaustão de suas terras e não contou com maior disponibilidade delas para sua renovação produtiva, ou para sua expansão na Zona da Mata;

— sua acumulação deu-se, portanto, com baixo nível de produtividade física e econômica, reforçadas ainda pela exígua técnica;

— reforça ainda a assertiva acima o reduzido tamanho de suas propriedades;

— vinda a transição do trabalho escravo para o assalariado, tal processo se deu de forma extremamente débil; ao invés de homens livres, submetido ao salário, predominaram largamente as arcaicas formas de parceria;

— todas essas condições resultam, portanto, em baixo nível de rentabilidade. Agravando esse negativo quadro, a dominação do capital comercial extraia-lhe parte importante de seu excedente compulsoriamente transferido para a praça do Rio de Janeiro.

Por tudo isso foi precário o desenvolvimento de relações capitalistas de produção. Baixa rentabilidade e perda de parcela de seu excedente não permitiram que os segmentos urbanos (comércio, transporte, finanças, indústria, etc.) do complexo tivessem expansão satisfatória.

— Por outro lado, ao se constituir e desenvolver dessa forma a economia cafeeira da Zona da Mata, ao que tudo indica não proporcionou maiores articulações com o espaço econômico mineiro.